

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ANA CLARA BONAZZI NASCIMENTO

Duas concepções de natureza na geografia do fim do século XX: a natureza em Neil
Smith e em Milton Santos

Two conceptions of nature in the geography in the end of the 20th century: Nature
in Neil Smith and Milton Santos

São Paulo

2021

ANA CLARA BONAZZI NASCIMENTO

Duas concepções de natureza na geografia do fim do século XX: a natureza em Neil Smith e em Milton Santos

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

São Paulo

2021

Agradecimentos

À minha esposa, companheira e parceira intelectual Julia, que compartilhou comigo todas as leituras e debates de todos os textos do presente trabalho e de toda a graduação, que proveu todo o necessário, desde café até um abraço, para que se pudesse concluir essa etapa da pesquisa.

Ao meu orientador, que com muita paciência esperou por tempo mais do que o suficiente o desenvolvimento desta pesquisa, e mesmo assim o fez com muito carinho.

À minha mãe, que não está mais aqui para ver esta pesquisa realizada, mas estava lá quando adentrei pela primeira vez o prédio da geografia, e chorou de emoção.

Aos meus alunos, que me dão a esperança de um futuro melhor.

Resumo

Natureza é um termo que muito se utiliza, mas sua variedade de significados faz desse um conceito abstrato. Mesmo assim, o debate acerca da natureza, de seus limites, da sua utilização e da sua relação com a humanidade está cada vez mais no centro da política mundial. O intuito do presente trabalho, nesse sentido, é o de realizar revisão bibliográfica para buscar o conceito de natureza em Milton Santos, talvez o mais importante geógrafo brasileiro, e o conceito de natureza em Neil Smith, geógrafo marxista norte-americano.

Palavras-chave: natureza, espaço, relação homem-natureza

Abstract

Nature is a term that have several uses, but its multiple meanings makes it an abstract concept. Any how, the debate about nature, its limits, its uses and it's relation with humankind it is increasingly at the center of world politics. The purpose of this work, in this sense, is to make a bibliographical review to seek the concept of nature in Milton Santos, perhaps the most important Brazilian geographer, and the concept of nature in Neil Smith, a North American Marxist geographer.

Keywords: nature, space, man-nature relationship

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 – Da concepção moderna de natureza	11
Capítulo 2. Milton Santos e a Natureza.....	15
Capítulo 3. Neil Smith e a Natureza.....	30
Capítulo 4. Milton Santos e o debate acerca da natureza	49
Capítulo 5. Considerações Finais	51
Referências Bibliográficas	53

Introdução

“Relação das mais complexas é a da humanidade com a natureza. Não fosse assim, por que tanta tinta já teria sido gasta procurando apreendê-la? De quantas maneiras a relação entre os termos ‘homem’ e ‘mundo natural’ já foi definida, por vezes classificando-os como antinômicos, outra como plenamente imbricados?” (TAVOLARO, 2001)

A questão que Tavolaro coloca de fato não é simples de ser respondida, pois como afirma Harvey (2020), a disputa em torno do termo natureza é uma das principais trincheiras de conflito político e ideológico, e precisamente por ser um termo ambíguo está aberto a uma diversidade de interpretações. O que permeia o imaginário social acerca do tema tem relação com religião, misticismo e dominação. Se em determinado momento essa relação era pautada por medos e angústias perante fenômenos dos quais a humanidade não tinha controle, depois, a possibilidade de dominá-los leva a humanidade a formular uma concepção em que se coloca em oposição ao que é natural. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985)

A concepção contemporânea de natureza, que surge com a emergência do capitalismo industrial, não é somente fruto de sua época, mas sim de um acumulado de significados históricos. Foi selecionando, transformando, descartando e negando diversas concepções que se criou o que hoje é hegemônico: a dominação social da natureza (ADORNO E HORKHEIMER, 1985).

O capitalismo industrial trouxe consigo a necessidade de se produzir mercadorias cada vez mais rápido e com volume cada vez maior. Levando-se em consideração que as mercadorias são materiais, a necessidade de solo, alimento, minerais e água aumenta exponencialmente à medida que a industrialização se intensifica, provocando, conseqüentemente, uma transformação sem precedentes na relação social com a natureza. Adorno e Horkheimer (1985) tentam traçar um movimento histórico para talvez compreender quais os fundamentos filosóficos, morais e científicos que justificam a dominação como ideia hegemônica, e afirmam que tal concepção foi se moldando à medida que o esclarecimento foi moldando a modernidade.

Dessa forma, a ciência positivista trouxe consigo a ideia de que, como afirmam Adorno e Horkheimer (1985) “o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens”, nesse sentido, nada mais importaria, “renunciou-se ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade”. O que aconteceu foi que a partir dessas ideias, a sociedade burguesa se tornou dominada pelo equivalente, onde tudo poderia ser substituído por

números e equações matemáticas e financeiras, e não só a relação entre os homens se reduziu a equações matemáticas – como o valor do trabalho – mas também o meio físico – ou natural – foi reduzido à números e transformado em recursos que entram na lógica da mercadoria.

Hoje, os desastres ambientais tais como acidificação do solo, perda de biodiversidade, desertificação etc., e as projeções apocalípticas de mudanças climáticas iminentes, elevação do nível do mar e intensificação do efeito estufa, são amplamente divulgados como resultado da intensificação das ações humanas na natureza, fruto de uma separação sem precedentes entre meio social e meio físico (TAVOLARO, 2001).

É a partir desse cenário que, em meados dos anos 1960 e 1970, organizações voltadas à temática ambiental surgem como crítica ao modelo desenvolvimentista aplicado à nível global. Mas surgem tão diversos quanto o que entendem por natureza. Tavolaro (2001) afirma que há um enorme leque de grupos que trabalham com a temática ambiental, quais sejam conservacionistas, preservacionistas, ecologistas do bem-estar humano, ativistas do movimento de liberação animal, ecocêntricos, entre outros.

Harvey (2020) nos dá um panorama da diversidade de grupos e de como eles propõem as soluções para os problemas ambientais: 1. Autoritarismo – diante de uma escassez dos recursos naturais, alguns autores argumentam que só uma ordem social que mescle uma orientação ‘religiosa’ com uma disciplina ‘militar’ oferece a promessa de fazer as mudanças necessárias; 2. Gerencialismo corporativo e estatal – aplicação de técnicas de racionalidade técnico-científico dentro de um Estado administrativo dotado de fortes poderes regulatórios em colaboração com a ciência; 3. Liberalismo pluralístico – levando em consideração a dificuldade de definir “onisciente ou onipotente” qual seria a melhor política ecológico-ambiental, qualquer um que desejar pode falar sobre ou em defesa da “natureza”, assim concebe-se uma situação de negociação aberta e perpétua para chegar-se a um consenso satisfatório; 4. Conservacionismo – resgata o respeito à tradição e a preservação de paisagens por vezes defendidas mediante o apelo a juízos estéticos, por muitas vezes contra o desenvolvimento e simpáticos a povos indígenas de forma romantizada; 5. Comunidade moral – associado à articulação de valores e políticas comunitárias centrados nos ideais das virtudes cívicas; 6. Ecosocialismo – relacionam os problemas ambientais com as escolhas de tecnologia de produção, que se dão pelo interesse privado de maximização de lucros, e defendem que só haverá “sanidade ecológica” quando houver justiça social; 7. Ecofeminismo – Possuem um aprofundado debate sobre a controvérsia “nature-nurture” que questiona até que ponto os

comportamentos humanos seriam inatos ou posteriormente adquiridos; 8. Comunitarismo descentralizado – deriva sua inspiração da comunidade autossuficiente modelada sob diretrizes anarquistas, e defendem a descentralização, o empoderamento comunitário e o biorregionalismo como solução eficaz para a alienação nas relações sociais e nas relações com a natureza.

Diante dos diversos grupos que atuam em relação aos problemas ambientais pode-se perceber que, para cada um desses grupos, a forma como compreendem os problemas, e quais problemas eles enxergam, está intrinsecamente relacionado ao conceito de natureza que possuem, evidenciando, novamente, que o conceito de natureza não é único. Por isso, é evidente que o debate acerca do conceito natureza se faz necessário, não somente para compreender como se deu o desenvolvimento da ideia de sociedade em oposição ao meio natural, mas principalmente para enxergar suas consequências e assim, encontrar caminhos para pensar um modelo de sociedade onde essa oposição poderia ser superada e os problemas ambientais solucionados.

Em que pese a incontável quantidade de bibliografia acerca do tema, têm destaque dois geógrafos do final do século XX que, ao teorizarem sobre a relação sociedade-natureza, influenciam o entendimento geográfico atual acerca dessa questão.

Milton Santos foi um geógrafo brasileiro, que estudou, entre outros assuntos, a urbanização e globalização. Seus estudos foram tão importantes que, em 1994, recebeu o prêmio Vautrin Lud, que como afirma Pedrosa (2018) é quase um Nobel da geografia. Santos foi o primeiro e único brasileiro a ganhar esse prêmio. foi exilado por 13 anos na França, Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela e Tanzânia. Depois de 1977, quando pôde retornar, Santos ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro e depois na Universidade de São Paulo, até sua aposentadoria.

Neil Smith foi um geógrafo estadunidense, orientando de David Harvey, professor de antropologia e geografia da City University of New York. Como afirma Ribeiro Junior (2014) Smith foi um reconhecido geógrafo marxista, abordando temas como desenvolvimento desigual, natureza, espaço, capitalismo, gentrificação, globalização e escala.

Reconhecendo o legado desses dois geógrafos, interessa à essa pesquisa levantar aspectos da concepção de natureza presentes tanto em Milton Santos quanto em Neil Smith. A partir daí, espera-se com isso que se possa oferecer elementos para uma reflexão sobre as origens, os sentidos e a pertinência contemporânea dessas concepções.

No esforço de tentar explicitar argumentos teóricos que auxiliem na construção de tal reflexão, o capítulo I se coloca com o objetivo de desenvolver alguns pressupostos acerca da concepção do termo natureza na modernidade, a fim de embasar as hipóteses que serão apresentadas. O Capítulo II se dedica a examinar alguns aspectos da abordagem de Milton Santos à procura de sistematizar o que o autor teoriza sobre natureza. Em seguida, o capítulo III procura examinar, nos mesmos termos que o capítulo II, os escritos de Neil Smith. O capítulo IV discute as aproximações e distanciamentos entre as teorias dos dois autores, e entre essas teorias e a ideia hegemônica de dominação da natureza.

Capítulo 1 – Da concepção moderna de natureza

Antes de poder se quer pensar em abrir o debate sobre a concepção moderna (ou as concepções modernas) de natureza, é preciso evidenciar sob qual prisma será feita tal análise. Não é pretensão deste trabalho expor todas as perspectivas sociológicas e analíticas que refletem a respeito da modernidade, tampouco realizar uma análise sobre a constituição da modernidade e das consequências desse processo, mas sim apresentar uma perspectiva analítica que, espera-se, permitirá realizar uma leitura entre outras possíveis na pretensão de fundamentar teoricamente o desenvolvimento das análises dos capítulos subsequentes.

Sem entrar em todas as implicações que as reflexões desses autores sugerem, serão utilizados como instrumentos analíticos as reflexões acerca da constituição da modernidade da chamada Escola de Frankfurt, com Adorno e Horkheimer, autores mais contemporâneos como Habermas, e, para além desses, outros autores que dialogam de forma mais próxima com o objeto de estudo do presente trabalho, como Tavolaro que se baseia nos mesmos pilares teóricos.

A contemporaneidade é marcada pela disputa em torno do termo “natureza” justamente porque esse termo significa coisas diferentes para pessoas diferentes. *Mas [essa disputa] é mais que mera questão de semântica, [na verdade] é uma das principais trincheiras dos conflitos políticos, ainda que na esfera da ideologia* (HARVEY, 2020. Pág 182).

Segundo Harvey (2020), é difícil ver onde começa a “sociedade” e termina a “natureza”, mesmo como ato de abstração, sendo essa configuração de pensamento um produto da razão alienada, desprovida de justificação histórica ou científica bem fundamentada. Essa afirmação é a síntese do presente capítulo e, para fundamentá-la, buscar-se-á um caminho metodológico que parte da construção da razão instrumental em contraposição ao mito, perpassa pela criação da subjetividade a partir da racionalidade, criando-se, assim, os conceitos que embasam a relação dualista homem-natureza na modernidade.

Em que pese as delimitações da modernidade enquanto período histórico, a modernidade está imbricada com o processo de racionalização ao passo que esse passa a definir as dimensões constitutivas da vida social (TAVOLARO, 2001).

Apesar da racionalização alcançar seu ápice na modernidade, não é da modernidade o processo de racionalização, ele faz parte de um acúmulo de experiências

que teve seu início muito antes, na Grécia antiga, nos primeiros momentos da filosofia, e que está presente no decorrer da história e tem como objetivo o desencantamento do mundo, a substituição da imaginação pelo saber e a dissolução dos mitos.

Para compreender a modernidade e a racionalidade, Habermas (1990) compara a racionalização presente na modernidade com a compreensão mítica do mundo das sociedades primitivas, que *dentro das tradições culturais que nos são acessíveis, [é a que] oferece o mais nítido contraste com a compreensão de mundo que prevalece na modernidade.* (HABERMAS, 1990). É preciso enfatizar que as diferenças, ainda segundo Habermas (1990), não estão no *plano das operações lógicas*, ou seja, o pensamento primitivo não está em uma etapa *pré-lógica do conhecimento e da ação*, portanto pensar em uma evolução do pensamento, ou em um aumento de complexidade, é falacioso.

A interpretação mítica do mundo evidencia uma angústia frente à ameaçadora e incompreensível natureza, e essa angústia traria a necessidade de dominar a natureza a fim de manter a integridade da vida humana. Assim teriam sido criadas as primeiras tentativas de conceitualização, de controle pelo conhecimento, que são os mitos (Romão, 2010).

Os mitos são uma força totalizante da mentalidade primitiva que contém informações sobre o *entorno natural e social, conhecimento geográficos, astronômicos, meteorológicos, conhecimentos sobre a fauna e flora, sobre as relações econômicas e técnicas, rios, práticas curativas, direção e guerra* (HABERMAS, 1990) ao mesmo tempo que cria relações de semelhança e contraste de forma que cada fenômeno individual se assemelhe a todos os demais ou se contrasta com eles.

Nesse sentido, El mito construye un gigantesco juego de espejos en el cual la recíproca imagen del hombre y del mundo se refleja hasta el infinito y continuamente se compone y recompone en el prisma de las relaciones entre naturaleza y cultura ... Por medio de la analogía el mundo entero adquiere sentido. Todo se torna significativo y todo puede ser significado dentro de un orden simbólico en que todos ... los conocimientos positivos encajan unos con otros en toda la plétora de sus detalles (GODELIER, M. in Habermas, 1990)

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), os mitos foram criados pelas sociedades primitivas a partir do entendimento de suas próprias realidades, tendo como elemento básico o antropomorfismo e a projeção do subjetivo na natureza. Porém, na Grécia antiga, com o surgimento da filosofia, os mitos já não bastavam. É a partir das ideias de Platão

que o mito foi sendo substituído pela razão, e o mundo “exterior” ao humano passou de sujeito à objeto passível de ser dominado.

Além da filosofia, a instauração da propriedade privada também contribui para o afastamento dos mitos, pois se fez necessário romper com a ideia de que tudo tinha alma para que se pudesse inserir a ideia de dominação – visto que dominar algo inanimado seria muito mais simples.

No processo de racionalização o subjetivo passa a ser do sujeito em si, delegando ao mundo físico e à tudo aquilo que não é a razão o papel de objeto na relação sujeito-objeto. Nessa relação, a racionalização insere o cálculo e a previsibilidade a fim de desmitologizar o mundo e delegar à razão (e não mais à religião ou crenças míticas) a compreensão do mundo a partir da abstração presente na matemática e na ciência, que considera como conhecimento válido só aquilo que pode ser comprovado de forma lógica, negando qualquer explicação que foge à razão agora instrumentalizada. A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que se conquista através da dominação.

De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), a partir de então, tudo aquilo que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento, o número se torna a base para a lógica formal que oferece o esquema da calculabilidade do mundo. Dessa forma, a dominação da natureza é baseada na aniquilação dos mitos e na construção de verdades universais que retiram do homem o medo perante o desconhecido, colocando ordem ao mundo e elevando a humanidade a uma posição de poder perante a natureza agora conhecida, objetivada e previsível.

Esse processo também se estende à linguagem, que inevitavelmente passa por um distanciamento do signo e da imagem, resignada ao cálculo e à cópia, transformando a ciência e sua interpretação positivista em um sistema de signos desligados, um jogo matemático. A natureza, dessa forma, torna-se uma matéria caótica esperando pela classificação, as “múltiplas afinidades entre os entes” são recalcadas por uma única relação: a do sujeito doador de sentido e do objeto sem sentido (idem, pág 22).

A racionalidade desencadeou eventos essenciais para o estabelecimento da modernidade e do seu princípio essencial – a subjetividade -, eventos esses que Habermas (2000) listou como sendo o iluminismo, a revolução francesa e a reforma protestante. A subjetividade desencanta a natureza e liberta o sujeito cognoscente, que determina, a partir de então, as manifestações da cultura moderna de forma que tanto a vida religiosa, quanto o Estado e a sociedade, além da arte, da moral e da ciência passam a ser personificações

do princípio da subjetividade, passando pelo crivo da razão para poderem ser validadas. Dessa forma, inicia-se uma cisão entre ser e pensar onde a autoconsciência passa a ser o ponto de vista dos novos tempos, inaugurando o pensar que parte de si mesmo e a racionalização instrumentalizada que acentua o lado autoritário da consciência de si, se tornando, então, o princípio da dominação.

Com isso, o sujeito moderno passa a ser refém da técnica racional e da verdade, alienando-se e objetificando a si mesmo, equivalendo-se à todas as outras coisas a partir da matematização das relações. *O preço que se paga pela identidade de tudo com tudo é o fato de que nada, ao mesmo tempo, pode ser idêntico consigo mesmo* (Adorno e Horkheimer, pág 24), ou seja, natureza e sujeito passam a ser igualados pela objetificação, forçados ambos à conformidade e à dominação, ao mesmo tempo que são separados pela própria razão que os iguala.

Capítulo 2. Milton Santos e a Natureza

A escolha de estudar Milton Santos não é simples. Ele, sendo um dos autores mais consagrados da geografia brasileira, já foi estudado incansavelmente por muitos intelectuais (muitos deles mais experientes, com mais embasamento teórico e com mais aprofundamento do que o presente trabalho de conclusão de curso poderia sequer tentar fazer). Mas é uma opção corajosa que se tem que fazer pois Milton Santos é de extrema importância e relevância para os princípios e noções básicas da geografia, principalmente a brasileira. Se a pretensão é encontrar fundamentos teóricos para o conceito de natureza que embasam o pensamento geográfico brasileiro, não é possível fazê-lo em autor diferente.

A proficuidade da obra de Milton Santos é incrível, mas aqui se pretende trabalhar com apenas dois volumes que se entende serem os principais pilares do seu fundamento teórico: o primeiro, “Por Uma Geografia Nova”, lançado pela primeira vez em 1978, marca um reencontro da geografia brasileira (mas não só a brasileira) com o seu objeto de estudo que, segundo o próprio autor, foi sendo esquecido pelos geógrafos e sendo cooptado por outras disciplinas, a saber – o espaço geográfico. Nesse livro, o autor vai nos mostrar os conceitos básicos com os quais trabalha, sendo um deles o nosso objeto de estudo – o conceito de natureza – e nos traz uma base fundamental sobre o conceito de espaço. É nesse cenário, de renovação da geografia, que se acredita ser esse livro um formador da base conceitual não só geográfica, mas de muitas disciplinas que buscam em Santos uma referência ao conceito de natureza e espaço.

Depois, passa-se para o ano de 1996, 18 anos depois do lançamento de “Por Uma Geografia Nova”, com o lançamento do livro “A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção”, livro extremamente aclamado e um dos mais divulgados de toda a coleção do autor. Também é o livro em que deliberadamente o autor pretende produzir *“um sistema de ideias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia”* (SANTOS, 2017. Pág 18). Sendo esse um livro escrito mais de dez anos depois do primeiro, acredita-se ser importante levá-lo em consideração na busca por um conceito de natureza em Milton Santos.

Quando a intenção é esmiuçar o entendimento de um autor sobre determinado assunto, ou ainda procurar uma definição específica de um termo dada por este autor, faz-se necessário compreender o momento histórico no qual foi formulada tal definição, pois

os debates filosóficos, econômicos e sociais de determinada época influenciam o pensamento de toda a sociedade. Quando Milton Santos escreve “Por uma Nova Geografia”, ele identifica uma necessidade de renovar a geografia como ciência, acreditando não ser a partir de ideias filosóficas acerca do que é a geografia, mas sim resgatando e dando foco nos objetos de estudo da geografia, para que a geografia possa se redescobrir enquanto disciplina científica (SANTOS, 2012. Pág 18). Segundo ele,

“Vivemos, agora, uma dessas fases onde a significação das coisas experimenta uma mudança praticamente revolucionária. Se algumas disciplinas se aperceberam dessas mudanças qualitativas e as incorporaram ao seu acervo, algumas outras o fizeram apenas parcialmente ou fragmentariamente. Quando esta última hipótese ocorre, estamos longe da elaboração de um sistema ou, em outras palavras, apenas algumas categorias são analisadas segundo um paradigma novo, enquanto outras continuam a ser estudadas sob o influxo de uma construção teórica já ultrapassada. O resultado, neste caso, é a impossibilidade de uma análise coerente. A geografia se encontra nessa situação”. (SANTOS, 2012. Pág 18).

Continua, ainda, dizendo que a geografia enquanto disciplina necessitava criar seus próprios conceitos ao invés de “*buscar em disciplinas afins*” (SANTOS, 2012. Pág 19), principalmente na filosofia. Isso levava a geografia a um grave erro epistemológico e complicava ainda mais a construção de um método e de princípios para o estudo, compreensão e formulação teórica acerca do espaço geográfico.

Santos sabia dos riscos que estava correndo ao propor novas bases epistemológicas para a geografia, principalmente no que dizia respeito ao uso político de uma ciência comprometida à certos grupos de interesse. Segundo ele, “*qualquer tentativa de renovar uma ciência para que ela se adapte ao real vai encontrar um enorme acervo de obstáculos*”, principalmente porque as palavras e conceitos já existentes exprimem ideias pré-estabelecidas (e cooptadas pelo pensamento hegemônico), e, sendo o novo “*o desconhecido*” podendo ser somente “*conceitualizado com imaginação*”, o autor expõe seu receio de que a linguagem já codificada e aprisionada em determinado sentido faça com que suas “*pré-ideias*” sejam mal interpretadas ou que não sejam compreendidas na sua totalidade. (SANTOS, 2012. Pág 26)

A geografia nasce no “*decorrer do triunfo da burguesia*” (SANTOS, 2012. Pág 29), e nasce mais como ideologia do que como filosofia. Ela foi utilizada para esconder o papel do Estado e das classes e também para a organização da sociedade e do espaço, sendo instrumento para a conquista colonial e imperialista. Segundo SANTOS (2012, pág 32), muitos geógrafos partilhavam das ideias de Vidal de LaBlache, que dizia que a glória da época deles era a colonização que só foi possível pois a natureza não estabeleceu limites mais rígidos. Um exemplo claro do pensamento dualista homem – natureza que

também foi a base para o determinismo geográfico muito adotado na época e que, segundo Santos (2012, pág 33) fez a geografia perder a confiança de outros especialistas.

Santos identifica que o determinismo levou a criação de diversas tendências dentro da geografia, como a geografia humana, onde *“seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural”* (SANTOS, 2012. Pág 36); ou a geografia cultural, onde a explicação é obtida *“a partir das relações dos seres com seu meio ambiente”* (SANTOS, 2012. Pág 36); ou até mesmo a ecologia humana, que apesar de pretender auxiliar a geografia, *“ocupava-se da natureza e do homem como se fossem categorias opostas”* (SANTOS, 2012. Pág 38), o que *“acentuou os equívocos da geografia regional”* (SANTOS, 2012. Pág 38) e perpetuou uma concepção dualista.

“A ‘natureza’ que fazia parte do sistema ecológico era uma natureza ‘primária’ e não uma natureza socializada; uma natureza sem história humana. O homem atuava sobre o meio como se estivesse separado dele e não como um dos seus elementos” (SANTOS, 2012. Pág 38)

Segundo Santos, todas essas vertentes da geografia estavam fadadas à falência, visto que as relações entre os grupos humanos e o meio geográfico (SANTOS, 2012. Pág 139) são realizadas de acordo com as necessidades econômicas e industriais muitas vezes de lugares outros. Ou seja,

“os segmentos ou classes sociais criados ou reforçados pelas relações entre países ou regiões subdesenvolvidos e países ou regiões desenvolvidos têm comportamentos diferentes face às exigências da vida econômica e social. Esses diversos comportamentos têm múltiplas consequências geográficas ainda que em um mesmo espaço considerado” (SANTOS, 2012. Pág 39).

Por exemplo, região, um conceito muito utilizado como uma *“realidade viva dotada de uma coerência interna”* (SANTOS, 2012. Pág 40), não pode mais ser entendida dessa forma, e passa a ser *‘definida do exterior, e seus limites mudam em função de critérios diversos [...] a região deixou de existir em si mesma’*. (SANTOS, 2012. Pág 40). Sendo assim, a geografia clássica não mais teria instrumentos para tecer explicações coerentes.

Outro erro que essas vertentes da geografia clássica cometem é criar analogias com outras ciências, principalmente às ciências naturais (SANTOS, 2012. Pág 41), visto que, segundo Santos,

“não se pode transpor, sobretudo de forma mecânica, o que se passa no mundo físico ao que se passa na história. Em seguida, a analogia muitas vezes leva a examinar os objetos do exterior, fato que só permite apreender seu aspecto ou sua forma, quando é o conteúdo que em verdade nos permite identificar, individualizar e definir”. (SANTOS, 2012. Pág 41).

Santos afirma ser um erro a analogia que a geografia faz com as ciências naturais pois não se pode utilizar os postulados da física, mesmo as da física relativista, na construção de uma epistemologia das ciências sociais, visto que, para o autor, é absurdo “*considerar a natureza como estranha ela própria ao espírito*” (HUSSERL, 1935 apud SANTOS, 2012. Pág 43).

Por fim, a última crítica que Santos (2012, pág 44) faz à geografia clássica é acerca da polêmica entre os seguidores de Vidal de La Blache, os “*possibilistas*” e os seguidores de Ratzel, chamados de “*deterministas*”, onde o primeiro acusa o segundo de dar prioridade aos fatos naturais. “*Isso significa esquecer que não existem apenas determinações naturais, mas também determinações sociais, as quais atingem homem e natureza igualmente*” (SANTOS, 2012. Pág 44).

Em seguida, Santos tece um ensaio sobre as contribuições da filosofia, principalmente de autores como Descartes, Kant, Darwin, Comte, Hegel e Marx, à construção da geografia e afirma que foram as heranças idealistas e positivistas as que se impuseram à geografia oficial. (SANTOS, 2012. Pág 48).

Em que pese as definições filosóficas que, segundo Santos, influenciam a geografia, especialmente a noção de espaço de Kant e Newton, deve-se destacar a ideia de “*uma geografia mundial cujos conceitos e processos integrativos concernem o ecossistema mundial do qual o homem é parte dominante*” do geógrafo Brian Berry (1964, apud SANTOS, 2012, pág 55) da ideia marxista “*quando este lembra que a natureza e o homem formam uma unidade, pois o homem é uma parte da natureza que ele próprio modifica*”. (SANTOS, 2012. Pág 55).

Seguindo essa mesma linha, Santos afirma que também La Blache, assim como outros geógrafos da sua geração, tentaram “*definir as relações tão particulares que se entretecem entre o homem e o espaço que o envolve*” de forma que aparentava ser comprometido com as ideias de Marx, “*mas na verdade praticava uma distorção contra a realidade*”. (SANTOS, 2012. Pág 55).

Finalizando sua explanação sobre a influência da filosofia na geografia, Santos (2012, pág 56) afirmará que a busca por um conhecimento racional conduz a geografia à uma distinção entre uma geografia geral e uma geografia regional, que terminaram por se opor uma a outra. Citando como exemplo Albert Demangeon, que diz, entre outras coisas, que é necessário definir “*essa coisa dinâmica que resulta da união entre um fragmento da terra e um grupo de seres humanos*” (DEMANGEON, 1927 apud SANTOS, 2012. Pág 57), Santos afirmará que essa formulação não leva em consideração que nas “*relações*

entre uma fração da humanidade e um pedaço da natureza, há leis cuja escala ultrapassa a dimensão do lugar e que podem representar um papel fundamental. [e, portanto, as ideias de Demangeon seriam uma] “inconsequência [...] resultante do ecletismo filosófico que guiou a geografia desde os seus primeiros tempos como ciência, paralisaram o desenvolvimento da disciplina e anularam os esforços [...] dos fundadores e de tantos dos seus discípulos” (SANTOS, 2012. Pág 57).

Após a Segunda Guerra Mundial, Santos (2012, pág 59) afirma que a geografia não escapou de transformações, bem como todos os domínios científicos também não escaparam, e o autor afirma que foram importantes para essa revolução o progresso dos suportes do trabalho científico, as necessidades dos utilizadores e o objeto da atividade científica, e assim foi se forjando o termo nova geografia (new Geography) *“em oposição e até mesmo em contradição com a geografia ‘tradicional’”* (SANTOS, 2012. Pág 60). Essa nova geografia se propunha a mudar, inclusive, a linguagem, de forma que se tornasse mais acessível, além de se tornar internacional valendo-se de colóquios, congressos etc. Segundo Santos, *“a nova geografia se manifestou sobretudo por meio da quantificação, mas utilizou também os modelos, a teoria dos sistemas, a tese de difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento, e também as múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico.”* (SANTOS, 2012. Pág 63).

Não cabe no presente trabalho a descrição dessas novas geografias, pois o objetivo não é de simples resumo do livro e sim a procura de elementos que possam compor uma base para o pensamento de Santos acerca da natureza, mas vale destacar a crítica de Santos à geografia quantitativa:

“Temos, assim, uma reprodução de estágios em sucessão, mas nunca a própria sucessão. Em outras palavras, trabalha-se com resultados, os processos, entretanto, são omitidos. [...]”

Pode-se conhecer uma coisa desconhecendo sua gênese? O espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação: somente esta pode pretender ser elevada ao nível de trabalho científico.” (SANTOS, 2012. Pág 75)

Da mesma forma, quando o autor apresenta a utilização do conceito de ecossistema, o afasta da geografia regional, esta *“se interessa pelo estudo das diferenciações espaciais por intermédio das inter-relações entre os dados da natureza e as sociedades humanas. A ecologia humana ocupa-se de formas de adaptação do homem aos diferentes meios e às realizações materiais que daí decorrem”*. (SANTOS, 2012. Pág 81). A noção de ecossistema, segundo Santos,

“deveria permitir a incorporação concomitante à análise espacial dos subsistemas históricos e dos subsistemas naturais, isso na medida em que, de um lado, as condições naturais são utilizadas de formas diferentes pelas sociedades humanas em cada período histórico e, de outro, pela própria natureza que é transformada pelo homem; isto é, à medida que a história se desenrola, os grupos humanos sucessivos se relacionam a um quadro natural já modificado.

Se o espaço não pode ser definido pelas relações bilaterais entre o homem e os dados naturais, tampouco ele é resultado exclusivo da ação de fluxos econômicos, como se a superfície da terra fosse o campo de ação de forças de modelamento que não levam em conta as rugosidades.” (SANTOS, 2012. Pág 81)

A nova geografia, segundo Santos (2012, pág 99), exalta a tendência positivista ambicionando um lugar na classificação das ciências tendo em vista a quantificação do mundo aprofundadas no período pós-guerra, que colocou a ciência em um lugar de instrumento de planificação.

“Desse modo, a humanidade, em seus milênios de história, evoluiu de uma situação onde havia uma multiplicidade de modelos produtivos, que eram adaptados à constelação de recursos de cada coletividade, para uma outra situação na qual adotou-se um modelo único, sem relação com os recursos locais e orientado para as necessidades do sistema no seu centro”. (SANTOS, 2012. Pág 101)

A nova geografia representaria uma involução, suprimindo o homem, tornando a geografia “viúva do espaço” (SANTOS, 2012. Pág 108), pois a disciplina agora estaria a serviço da realização de um projeto imperial (SANTOS, 2012. Pág 112).

A geografia do pós-guerra trouxe consigo um empiricismo que Santos (2012, pág 113) afirma ser miserável pois escamoteia as relações entre os homens e as substitui por relações entre objetos, sendo falaciosa pois, segundo o autor, “as coisas por elas mesmas não possuem relações”.

“Então, o espaço geográfico é estudado como se ele não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial. Assim o espaço do homem deveria ser aviltado para dar a impressão de que, no ato de produzir, os homens se confrontam com espaço parcelado, desumanizado, reificado. O espaço real é substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se falsas teorias substantivas e de planificação. (SANTOS, 2012. Pág 114)

Sendo assim, a geografia reduziu seu campo de ação até quase pulverizar o espaço que passou a ser objeto de estudo de outras disciplinas.

“A geografia é viúva do espaço. Sua base de ensino e de pesquisa é a história dos historiadores, a natureza ‘natural’ e a economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico”. (SANTOS, 2012. Pág 118)

Quando Santos (2012, pág 137) ensaia a formulação de uma nova geografia, ele começa afirmando a necessidade da geografia de ser interdisciplinar, pois as novas realidades exigem novas explicações e, portanto, a geografia deve acrescentar outros domínios do saber para explicar os fenômenos de ordem histórica, como é o caso do espaço. Uma dessas ciências é a tecnologia, que

“aparece como ciência a partir do momento em que o processo produtivo exige como condição de sua realização um esforço de previsão, isto é, a necessidade

de dizer, previamente, o que se vai produzir, como, por que e quais os resultados da produção.

A tecnologia se transforma em história por intermédio das técnicas.

E as técnicas são o intermédio entre o grupo humano e a natureza, com o objetivo de modificá-la.

A cada evolução técnica corresponde uma nova forma de organizar o espaço.” (SANTOS, 2012. Pág 137)

Da mesma forma, Santos afirma que também se faz necessário, entre outras disciplinas, acrescentar os princípios da física, para “*não esquecer a diferença essencial entre a matéria inerte e a matéria humana, que é viva e ativa*”. (2012, pág 138).

Para a construção de uma interdisciplinaridade que “*leve em conta a multiplicidade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos uma mesma realidade*” (2012, pág 141), Santos

“supõe que se reconheça um objeto à geografia e que se hajam identificado suas categorias fundamentais. [...] Em nosso caso, trata-se da produção do espaço. [...] Em realidade, para ter sucesso é, antes de tudo, preciso partir do próprio objeto de nossa disciplina, o espaço, tal como ele se apresenta, como um produto histórico [...]” (SANTOS, 2012. pág 147).

Quando a geografia precisou se preocupar com os princípios e as classificações, perdeu de vista seu próprio conteúdo, mas mesmo que retome seu objeto de estudo, esse não será o suficiente sem que a geografia seja capaz de definir as categorias fundamentais. (SANTOS, 2012. pág 147). Isso quer dizer que, mais do que voltar as análises geográficas para o espaço, é necessário construir “*um sistema próprio de identificação das categorias analíticas que reproduzem a totalidade dos processos, tal como eles se produzem na realidade*” (SANTOS, 2012. pág 149), o que só é possível por intermédio das categorias que definem uma dada realidade.

Santos vai buscar, portanto, a definição dessas categorias, a começar pelo espaço. É necessário levar em consideração que esse é objeto de preocupação desde os filósofos gregos e, portanto, tem uma variedade muito ampla de “*objetos e significações*”, mas o que é de interesse de Santos (e da geografia) é o que o autor chama de espaço humano, espaço social ou espaço geográfico. (SANTOS, 2012. pág 150).

“o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem mediante seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”. (SANTOS, 2012. pág 150).

Em um esforço para definir o que é espaço, haja vista que é um processo árduo, Santos (2012, pág 151) afirma que o espaço do homem seria o espaço geográfico, e que o espaço geográfico tem a tendência de mudar com o processo histórico, pois o espaço geográfico também é espaço social.

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí por que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2012. pág 153).”

Ainda na tentativa de buscar um conceito único de espaço, Santos recorrerá a diversos autores que possuem abordagens diferentes para a concepção do conceito espaço, sendo por exemplo reflexo da sociedade, um fato social, um fator e/ou uma instância social, mas o esforço aqui será o de apontar aqueles que relacionam o espaço com o objeto da nossa análise, a natureza, ou pelo menos apontar as passagens que, a partir dos diálogos criados por Santos com outros autores, possam nos dar indícios sobre a utilização do termo nas ideias de Santos. Portanto, talvez os trechos subsequentes não possam explicar detalhadamente todos os pormenores da abordagem de Santos para concepção de uma definição de espaço, mas espera-se que possa servir de indícios na busca pelo entendimento do autor acerca da natureza.

Santos começará seu debate em busca de um conceito de espaço analisando se o espaço seria um *“mero reflexo da sociedade ou um fato social”*. Ou seja, seria o espaço, assim como *“as coisas que existem”*, nada mais que uma *“criação do nosso espírito”*? Para alguns autores, sim. (SANTOS, 2012. pág 155).

“Segundo a interpretação dada por K. Kosik (1967, p.60) às ideias de Gonseth, o homem, no ato de conhecer, não se relaciona com a natureza em si mesma, mas apenas com certos horizontes e imagens que são historicamente mutáveis e que são capazes de captar a realidade em sua estrutura fundamental. Para Gonseth (1940, p. 413) ‘o mundo natural é constituído de tal forma, e nós próprios somos constituídos de tal forma, que a realidade não nos deixa alcançar um conhecimento definitivo de sua essência.’ (SANTOS, 2012. pág 155).

Santos, na busca de concretizar a explicação do espaço, evocará Hegel e afirmará que, para ele, *“o espaço existe, antes do mais, em nosso pensamento”* (SANTOS, 2012. pág 156).

“Quando Hegel admite que a criação do homem se faz pela modificação de suas relações com a natureza, Marx condena essa ideia que, aliás, é tão próxima da sua, alegando que Hegel espiritualiza o homem e a natureza e reduz a história e a própria vida ao nível de conceito.” (SANTOS, 2012. pág 157).

Santos ainda afirma que Hegel admite que

“a natureza existe por ela mesma, como um objeto [...] Quando utilizamos um instrumento de trabalho ou tomamos água de um rio, o que fazemos é reconhecer sem poder anulá-lo, o caráter particular do objeto que serve à nossa finalidade. [...]. Para Hegel, a natureza seria, enfim, a objetificação do espírito, seguindo o caminho apontado por Feuerbach. [...]” (SANTOS, 2012. pág 158).

Buscando outras formas de compreender o espaço, Santos explora a concepção durkheiminiana, onde o espaço seria *“uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo.”* (SANTOS, 2012. pág 161).

Santos acredita ser cabíveis as concepções de S. Sportelli que diz que a objetividade social é frequentemente reduzida a uma objetividade natural.

“isso equivale a esquecer que a natureza é objeto de permanente transformação por causa da atividade humana, daí por que a natureza é uma realidade social e não exclusivamente natural. Nesse sentido, a palavra natural deve ser tomada como um sinônimo de social, da mesma forma que podem ser assimilados os vocábulos natureza e espaço. Quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem. Muitos fenômenos, apresentados como se fossem naturais, são, de fato, sociais.

Nessa expressão, natureza socializada, deve-se identificar aquilo que os geógrafos chamam normalmente de espaço ou espaço geográfico.” (SANTOS, 2012. pág 163).

Ao explorar o espaço como *“um fator”*, o autor busca reconhecer que o espaço não seria somente um *“testemunho”*, mas também fatores que atuam e influenciam questões sociais, econômicas e políticas. (SANTOS, 2012. pág 168).

“o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais têm tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si esses pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais. [...]” (SANTOS, 2012. pág 172).

Nesse sentido, Santos introduzirá o conceito de rugosidade.

“As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados.

Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo.” (SANTOS, 2012. pág 173).

Ao analisar o espaço como *“instância social”*, Santos denuncia alguns geógrafos, principalmente os marxistas, de excluir o espaço como uma das instâncias da sociedade. Mas, ao retomar seu diálogo com os geógrafos que incluem o espaço nas suas análises, o autor volta-se para o empasse de definir o espaço como uma *“estrutura social como as outras”* ou *“uma estrutura subordinada”* (SANTOS, 2012. pág 181). E sobre isso ele afirma:

*“Quando se pretende subordinar o espacial ao econômico, a primeira pergunta que acode é a seguinte: pode a economia funcionar sem uma base geográfica? A resposta naturalmente é não, mesmo se a palavra **geográfico** é tomada na sua acepção mais equívoca, como um sinônimo e condição natural. O fato, porém, é que muitos economistas e tantos outros cientistas sociais somente falam do espaço dentro dessa acepção estreita e errada.”* (SANTOS, 2012. pág 182).

E continua

“Um exemplo? Em seu ensaio tão elogiável por muitas outras razões, François Ricci (1974, p. 131) afirma que ‘a elaboração científica da economia não desloca nem classifica os dados naturais sobre os quais a atividade econômica se edifica’. Caindo na armadilha representada por uma definição vesga do ‘geográfico’, esse autor marxista nos conduz a uma concepção dualista das relações entre o homem produtor (a atividade econômica) e a natureza (os dados naturais). [...]” (SANTOS, 2012. pág 182).

Santos (2012, pág 185), ao afirmar que o *“espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história [...]”*, nos revela que, apesar do espaço ter um papel fundamental na estruturação social não pode ser considerado finalizado e imutável, ou ainda, não pode ser considerado como tendo somente um papel passivo.

“O espaço, por outro lado, não é jamais um produto terminado, nem fixado, nem congelado para sempre. Mas um dos seus elementos – e não se trata de um elemento sem importância, é fixo ao solo. As formas espaciais, criadas por uma geração ou herdadas das procedentes, têm como característica singular o fato de que, como forma material, não dispõem de uma autonomia de comportamento, mas elas têm uma autonomia de existência. Isso lhes assegura uma maneira original, particular, de entrar em relação com os outros dados da vida social. A isso também se dá um outro nome: as propriedades de uma coisa. [...]” (SANTOS, 2012. pág 187).

Parafraseando Hegel, Santos afirma que essas propriedades são as relações com as outras coisas, provocando efeito em outras coisas, se exteriorizando. (SANTOS, 2012. pág 188). E, evocando Lefebvre, Santos termina afirmando que

“O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas produzidas, e compreender suas relações em sua coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Assim, ele não tem nada de ficção, de irreabilidade ou de ‘idealidade’ comparável à de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe.” (LEFEBVRE, 1974 apud SANTOS, 2012. pág 190).

Dando-se por satisfeito com o debate realizado sobre o espaço, Santos volta-se para a tentativa de evocar uma criticidade na geografia.

Um paradigma, considerando-se que é *“um guia para a elaboração de conceitos, teorias e modelos”* (SANTOS, 2012. pág 165), é utilizado para renovar as concepções teóricas, mas, para a criação de um novo paradigma, se faz necessário a observação dos fatos concretos. Cada fase nova da ciência *“é caracterizada por um paradigma que expressa a concepção teórica para explicar e ordenar os fatos da ciência, orientando a formulação de problemas e pesquisas”* (CHRISTOFOLETTI, 1976 apud SANTOS, 2012. pág 196). Nesse sentido que Santos afirma que a natureza pode ser entendida como um paradigma.

“Ora, a natureza pode ser definida como o conjunto de todas as coisas existentes, ou, em outras palavras, a realidade em sua totalidade.”

A natureza se encontra em estado de movimento permanente e cada um dos seus momentos é fugaz. Por isso mesmo, a definição do presente é sempre difícil. Conhecer o presente equivale a descobrir o novo comportamento dos seres, uns em relação aos outros. [...]

Cada vez que há uma mudança tecnológica profunda, uma mudança organizacional profunda, uma mudança social profunda, os modelos de percepção da realidade mudam substancialmente” (SANTOS, 2012. pág 197).

Seguindo essa lógica, Santos elenca alguns conceitos de natureza, a saber; natureza como experiência coletiva, natureza como primordial e natureza como relação; e afirma que quando ocorre uma mudança de paradigma é porque ocorreu uma mudança completa na visão de mundo e, portanto, o próprio mundo mudou. (SANTOS, 2012. pág 199). E com o espaço não poderia ser diferente. Santos (2012, pág 201) afirma que todas as tentativas de explicar o espaço (a não ser a tentativa de Lefebvre) não levou em consideração a produção, que seria, segundo o autor, o problema-chave. E sobre isso, Santos afirma que

“A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne o homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isso ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho.” (SANTOS, 2012. pág 201).

Para a elaboração sobre espaço de Santos, é necessário se basear, assim como ele próprio afirma, no fato de o espaço ser um resultado da produção, seja qual for o momento histórico.

“[...] O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio.

O homem começa a produzir quando, pela primeira vez, trabalha junto com outros homens em um regime de cooperação, isto é, em sociedade, a fim de alcançar objetivos que haviam antecipadamente concebido, antes mesmo de começar a trabalhar. A produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido.” (SANTOS, 2012. pág 202).

A produção impõe um ritmo de vida, cria práticas coletivas com tendência a se repetir, como as horas de trabalho e as horas de descanso, bem como “*uma utilização disciplinada [...] do espaço*”. (SANTOS, 2012. pág 203). Criando-se um ordem espaço-temporal planejada para atender as necessidades da produção.

*“é assim que, ao mesmo tempo em que o **homo faber** se transforma em **homo sapiens**, um valor particular é atribuído ao tempo e se impõe uma organização específica do espaço, isto é, um arranjo particular dos objetos através dos quais o homem transforma a natureza.*

Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, dessa forma, aquilo que Teilhard de Chardin chama de ‘ecossistema selvagem’. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza

transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço.” (SANTOS, 2012. pág 203).

Se a produção do espaço se dá pelo uso de determinada técnica, no momento que uma técnica nova se cria a produção do espaço se modificará. De fato, diferentes agrupamentos humanos deterão diferentes técnicas e produzirão o espaço de forma distinta.

*“De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Trata-se, de início, da história de um grupo isolado, de um punhado de homens e de um pedaço de Natureza **mediatizado** pelas técnicas que o próprio grupo inventou para assegurar sua sobrevivência.*

Quantos grupos humanos existiam, na aurora do tempo social, sobre a face da terra e tantas eram as formas de comandar o Tempo e a Natureza, isto é, tantas geografias particulares existiam. Havia milhares e milhares de geografias quando dos começos da história. Mas esse tempo passou.” (SANTOS, 2012. pág 204).

A criação de técnicas e o desenvolvimento do que Santos chamou de cooperação, possibilita a existência de outras relações sociais além das voltadas para a subsistência, seja através da melhoria da própria subsistência e do surgimento das oportunidades de lazer e ócio, seja com o desenvolvimento das artes e da filosofia, além da produção de excedentes. E tudo isso desencadeia uma transformação do espaço produzido. (SANTOS, 2012. pág 205).

A transformação do excedente em mercadoria introduzida pela noção de valor, modifica a relação social e introduz o nexa monetário, fazendo com que, segundo Santos, *“o equilíbrio antigo [seja] desse modo rompido”* (SANTOS, 2012. pág 206).

“A partir desse momento, pode-se falar de classes sociais, de diferença de poder aquisitivo, e se instala uma verdadeira revolução nas relações sociais”. [...]

O tempo se organiza diferentemente. O espaço também já não é mais o mesmo. Ele se transforma em função das modalidades de adaptação da sociedade local ao novo processo produtivo e às novas condições de cooperação. A cada renovação das técnicas de produção, de transporte, de comercialização, de transmissão das ideias, das ideologias e das ordens, corresponde uma nova forma de cooperação, mais profunda e espacialmente mais extensa.” (SANTOS, 2012. pág 207).

Para Santos, a época atual é comandada pela revolução científico-tecnológica e é marcada pelas

“as transformações espaciais [que] provêm da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial. Chegamos, finalmente, a um mundo onde, melhor do que em qualquer outro período histórico, podemos falar de espaço total.” (SANTOS, 2012. pág 197).

Nesse momento da história, a tecnologia possibilitou, segundo o autor, a solidarização mundial e simultânea dos espaços, um espaço total. (SANTOS, 2012. pág 208).

“Na aurora dos tempos, os grupos humanos retiravam do espaço que os circundava, isto é, do pedaço da natureza que lhes cabia, os recursos essenciais à sua sobrevivência. Na medida em que a divisão do trabalho se acentua, uma parte maior

das necessidades de cada grupo, de cada comunidade, tem de ser procurada na área geográfica de uma outra coletividade.” (SANTOS, 2012. pág 208).

A partir da mundialização do espaço não se pode falar mais de espaço como sendo um conjunto de ‘habitats’ dos homens, que *“antigamente era o seu lugar de residência e de trabalho e o espaço destinado às relações que uma vida social, geograficamente confinada, gerava através do processo produtivo, tanto nos seus aspectos materiais como nos seus aspectos não materiais”* (SANTOS, 2012. pág 210). A produção do espaço deixa de ser uma consequência estrita da produção visto que as questões políticas e econômicas passam a influenciar a produção e a produção do espaço segundo níveis que vão do mais universal ao mais local. Mas essa universalização é perversa pois *“o que ela faz, sobretudo, é discriminar e aumentar, de um lado, a riqueza e o poder de alguns e, de outro lado, a pobreza e fragilidade da imensa maioria.”* (SANTOS, 2012. pág 212).

Neste ponto Santos evoca o uma complexa conceituação filosófica passando por Hegel e Spinoza sobre a realidade como dialética e sua importância na análise do espaço, afastando assim devaneios metafísicos; para isso ele se utiliza dos conceitos de *natura naturans* e *natura naturata*:

*“O conceito **natura naturata** representa uma realidade que não se pode conceber na ideia, nem realizar-se de fato, sem as condições oferecidas pela outra realidade que o conceito de **natura naturans** representa. Essa realidade que, geneticamente, é a primeira, não é imóvel e se destina inexoravelmente a transformar-se em *natura naturata*. Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a transformar-se em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições de uma natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço.”* (SANTOS, 2012. pág 214).

Sobre os instrumentos de trabalho e a relação como espaço, Santos vai dizer que

“Nos dias de hoje raramente se encontram sobre a face da terra áreas que ainda possam ser consideradas como remanescentes da natureza bruta, natural. O que aparece aos nossos olhos como natureza não é mais a natureza primeira, já é uma natureza segunda, isto é, a natureza selvagem modificada pelo trabalho do homem. Isto é fácil de constatar numa cidade ou numa zona agrícola e é menos perceptível em certas áreas onde as modificações impostas pelo homem são menos visíveis.” (SANTOS, 2012. pág 214).

E isso tem relação direta com a transformação da natureza que se dá pela produção e, conseqüentemente, pelos instrumentos de trabalho. Santos afirma que, no início dos tempos históricos, o instrumento de trabalho era *“como um prolongamento imediato do seu corpo”* e *“havia uma comunhão quase total entre homem e os instrumentos que ele utilizava e manipulava”*, mas, com o processo produtivo cada vez mais complexo, os instrumentos também se complexificaram e se tornaram *“um apêndice da própria natureza”* (SANTOS, 2012. pág 215).

Toda essa complexidade que foi se desenhando desde o começo do período capitalista (em meados do século XVI) até a atualidade, entregou as modificações do espaço na mão do Estado-nação e será ele, portanto, o organizador do espaço e o controlador das transformações sociais. (SANTOS, 2012. pág 230). É por isso que deve ser o Estado, segundo Santos (2012, pág 231), a unidade geográfica de estudo.

Dando continuidade à explanação sobre as categorias de análise da geografia, Santos afirma que

“Se a geografia, ou, para ser menos paroquial, as ciências do espaço, desejam interpretar o espaço humano como o fato histórico que, antes de tudo, ele é, só a história da sociedade mundial e a história da sociedade local podem servir de fundamento à compreensão da realidade espacial e aos esforços para transformá-la, pondo-a a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e o próprio espaço sendo social, não há sociedade aespacial.

Daí porque – insistimos – a noção de formação social como categoria da realidade e como categoria analítica parece constituir o meio mais adequado para ajudar na formulação de uma teoria espacial válida. Essa categoria concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor. Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

Aceitar esse enfoque equivale afastar de nossas análises esse perigo sempre presente, e sobre o qual devemos insistir, de encarar as relações Homem-Natureza como uma relação dualista, erro que tanto contribuiu para que a realidade fosse interpretada de forma deformada em tantas disciplinas sociais, mas erro cuja gravidade parece maior em geografia, pois o problema das relações entre a sociedade e o espaço é o próprio centro de nossas preocupações.

*Na realidade, Natureza e Espaço são sinônimos, a partir do momento em que se considere a natureza como uma natureza transformada ou socializada, uma **Natureza Segunda**, para utilizar uma expressão de Marx para a qual nem os marxistas não geógrafos, nem os geógrafos marxistas parecem ter dado a merecida atenção.”* (SANTOS, 2012. pág 247).

Para finalizar seu debate sobre o espaço, Santos afirma que *“agora, que a natureza modificada pelo trabalho humano é cada vez menos a natureza amiga e cada vez mais a natureza hostil, cabe aos que a estudam uma vigilância redobrada”* (SANTOS, 2012. pág 261), e a geografia precisa deixar de servir à dominação e vir a ser uma *“ciência do homem”* (SANTOS, 2012. pág 261). E para tanto, se faz necessário encarar o espaço como uma estrutura social, *“dotada de autonomia no interior do todo e participando com as outras de um desenvolvimento interdependente, combinado e desigual”* (SANTOS, 2012. pág 265).

“para desmistificar o espaço, é preciso levar em conta dois dados essenciais: de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura tecnoprodutiva e lugar da reificação; de outro lado, a sociedade total, a formação social que anima o espaço. Assim, desmistificaremos o espaço e o homem.

Desmistificar o homem e o espaço é arrancar da natureza os símbolos que escondem sua verdade, quer dizer ‘tornar significativa a natureza e tornar naturais os símbolos’ (Gillo Dorfle, jan. 1972), é valorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem para que ele não seja mais tratado como valor de troca. /temos, diante

de nós, um problema de conhecimento e um problema moral” (SANTOS, 2012. pág 266).

Santos ainda afirma que a relação homem-natureza é central em nossos tempos, visto que as relações entre os homens não existem se não forem dentro das relações homem-natureza, e clama para que a geografia perscrute a produção do espaço à favor do capitalismo e exponha *“como o uso consciente do espaço pode ser um veículo para a restauração do homem na sua dignidade”* (SANTOS, 2012. pág 267). Ou seja, é necessário buscar um espaço verdadeiramente humano, natureza social aberta à contemplação humana, instrumento de reprodução da vida.

Capítulo 3. Neil Smith e a Natureza

A escolha por estudar Neil Smith se deu pela leitura que ele faz das ideias marxistas, principalmente no que diz respeito a se contrapor às ideias da Escola de Frankfurt, que dentre outras escolas, foi uma das principais e mais conhecidas propagadoras do marxismo, além de utilizar a filosofia marxista para realizar seus próprios estudos, influenciando a filosofia ocidental.

O principal escrito de Smith é, sem sombra de dúvidas, o livro “Desenvolvimento Desigual: Natureza e Capital e a Produção de Espaço”, lançado em 1988 aqui no Brasil, mas lançado, nos Estados Unidos, quatro anos antes. No presente estudo trabalhou-se com a edição em português e, por causa de algumas inconsistências encontradas na tradução, optou-se por trabalhar concomitantemente com a edição em inglês, reeditada pelo próprio autor e lançada em 2008.

Segundo Smith, a intenção do livro é a de teorizar o ponto de encontro entre dois tipos de investigação intelectual, *“uma exploração teórica e filosófica e uma crítica dos conceitos como um meio de interrogar mais incisivamente a realidade em que vivemos.”* (SMITH, 1988. Pág 7). Assim, é na primeira parte do livro que se dará maior enfoque no presente trabalho, visto que é nele que, explicitamente, o autor buscará *“renovar a concepção terrivelmente arcaica da natureza que domina o pensamento ocidental”*. Smith ainda destaca que o livro é uma contribuição para o debate na geografia e no marxismo ocidental, principalmente depois da reaproximação e da redescoberta do marxismo nos anos setenta. (SMITH, 1988. Pág 10).

Para se fazer uma teoria do desenvolvimento desigual, deve-se compreender o processo espacial e social, com cuidado para que não se tome o espaço como um *“receptáculo”*, assim como o faz o senso comum, segundo Smith. Acepção essa que faz uma *“integração bastante mecânica do espaço e da sociedade; o espaço é visto como algo que ‘reflete’ a sociedade.* (SMITH, 1988. Pág 18).

“[...]Objetiva-se aqui alcançar uma fundamental mudança de perspectiva. Pois, enquanto nós, como teóricos, podemos ter drásticos problemas conceituais em realizar uma integração do espaço e da sociedade, o capital parece realizá-la na prática, diariamente. [...]

A produção do espaço, de fato, é posta como premissa sobre um processo de produção mais básico ainda, que pareceria ainda mais quixotesco e que abala nossa tradicional aceitação daquilo que até aqui parecia evidente por si mesmo. A produção da natureza não somente oferece um fundamento filosófico para se discutir o desenvolvimento desigual do capitalismo, mas é um resultado muito real do desenvolvimento desse modo de produção. O que mais nos choca com esta ideia da produção da natureza é que ela desafia a separação convencional e sacrossanta da natureza e da sociedade, e o faz com indiferença e sem pejo. Nós estamos

acostumados a conceber a natureza como exterior à sociedade, primitiva e pré-humana, ou ainda como um grande universo no qual os seres humanos não são senão pequenas e simples peças. Mas também aqui nossos conceitos não têm correspondido à realidade. É o capitalismo que ardentemente desafia a separação, que nos foi legada, da natureza e da sociedade e mais com orgulho do que com constrangimento.” (SMITH, 1988. Pág 20).

Smith afirma, ainda, que é o capital o grande responsável por mudar toda e qualquer “*relação original com a natureza*”, em que “*a sociedade humana colocou-se no centro da natureza*” e, nesse sentido, tanto os problemas da natureza, quando os do espaço e os do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo capital. (SMITH, 1988. Pág 21).

Logo no primeiro capítulo Smith situará na história a concepção contemporânea de natureza, esta surgiu com a emergência do capitalismo industrial, onde a dominação da natureza era a ordem do dia e a medida do progresso humano. Mesmo assim, diversas concepções de natureza foram se acumulando no decorrer da história e aparecem muitas vezes de forma complexa e contraditória, e todas têm seus significados existentes atualmente, mas todas elas são baseadas em um “*dualismo essencial que domina a concepção da natureza*”. (SMITH, 1988. Pág 28).

“De um lado, a natureza é externa, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial frequentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza é também claramente concebida como universal. Ao lado da natureza exterior, nós temos a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos “externos” da natureza. Desse modo, os tratamentos ecológicos da sociedade humana situam a espécie humana como uma entre muitas na totalidade da natureza. Em contradição à concepção exterior da natureza, a concepção universal inclui o humano com o não-humano da natureza. A natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior” (SMITH, 1988. Pág 28).

Smith afirma que foi Kant quem cristalizou essa concepção dualista na ideologia burguesa de natureza, principalmente ao distinguir entre uma natureza interior e exterior. “*A natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam*” e a mente humana seria “*o meio pelo qual esse dualismo era superado*”. (SMITH, 1988. Pág 29).

“Assim, o dualismo inicial provoca ou pelo menos implica outros que soam familiares ainda hoje: a mente e a natureza, a cultura e a natureza. A contemporânea ideologia burguesa da natureza está construída sobre essas dicotomias filosóficas realizadas por Kant. Sua dicotomia da natureza interior versus natureza exterior ainda nos parece intuitivamente correta. Se ela tem algo importante é um caráter intuitivo mais imediato que o dualismo da natureza exterior e universal.” (SMITH, 1988. Pág 29).

A fim de explicar melhor essa ideologia, Smith usará como exemplo o modo científico e o modo poético. Na ciência moderna, Smith (1988, pág 30) afirma que a “dominação da natureza” é reconhecida desde seu início, com Francis Bacon, e é realizada através do que se chama de “*artes mecânicas*”. Esse pensamento ficou tão impregnado na linguagem e concepção de ciência que ele ainda está em voga, entre outras coisas, na pesquisa científica, onde o método consiste na absoluta abstração do pesquisador enquanto sujeito na relação com a pesquisa.

“Seja como for, a concepção da natureza trazida por Bacon é explicitamente exterior à sociedade humana; ela é um objeto a ser dominado e manipulado. Em comparação com concepções mais antigas, a imagem de Bacon da relação com a natureza é antes mecânica que orgânica. A sociedade é separada da natureza como sendo o domínio do homem que, com governo presciente, pode ser empregada para a dominação do homem sobre a natureza” (SMITH, 1988. Pág 30).

Ao mesmo tempo em que a ciência absorveu a concepção de natureza exterior,

“objetivada na teoria da mesma forma que é objetivada na prática no processo de produção, [ela é] simultaneamente universal. [...] Por "natureza" de algum objeto ou evento queremos dizer sua essência, o que existe por baixo de sua aparência. Sejam naturais ou sociais, todos os fenômenos têm uma essência; a natureza é universal nesse sentido” (SMITH, 1988. Pág 33).

Esse conceito de natureza universal também esteve presente em Newton, na formulação de leis naturais, na sociobiologia, com a utilização de conceitos biológicos (principalmente os de Darwin) para a explicação do campo social onde a natureza humana seria um subconjunto da natureza biológica, e, com o surgimento da teoria quântica de Einstein, na redução de todos os eventos em físicos ou químicos. (SMITH, 1988. Pág 34).

Na natureza poética, o exemplo que Smith apresentará é o da paisagem americana, onde a natureza foi utilizada como um símbolo social da tradição americana, resultando na “*marcha americana rumo ao interior*”. Esse tratamento da natureza também revelará o mesmo dualismo conceitual da natureza exterior e universal. (SMITH, 1988. Pág 36)

A literatura da conquista, desde a época dos puritanos até o século dezenove, retratou com repugnância a natureza “*selvagem*”, onde o natural e o selvagem se confundem, eram vistos como obstáculo para o progresso da civilização. No momento em que se “domou” a natureza selvagem, essa natureza – exterior – se tornou menos ameaçadora e “o fascínio substituiu o temor”, e a natureza humanizada começou a ser exaltada pelo movimento de volta à natureza, que começou nas cidades. (SMITH, 1988. Pág 37).

“Domesticada, higienizada e estendida sobre mesas de café, a natureza era um pertence, da mesma forma como o gato da família. Através de um largo conjunto de atividades, muitas delas destinadas às crianças, o culto à natureza

tornou-se uma necessidade, primeiramente para a classe média e depois, de maneira mais limitada, para o restante da América Urbana. Gozar férias no interior bruto tornou-se moda, especialmente depois que a fotografia permitiu a representação realista da paisagem; esportes na mata tornaram-se populares e acampamentos de verão levaram escolares urbanos para o ambiente supostamente benéfico da natureza bruta. O estudo da natureza foi trazido para as escolas e fundos de auxílio foram coletados por reformadores sociais para oferecer excursões para crianças dos bairros pobres; os escoteiros foram um meio de inculcar valores cívicos através da simplicidade, da camaradagem e do individualismo combinados com experiências na mata. Hoje, o processo de transformação dos E.U.A. rural em uma área de lazer para as cidades está mais adiantado, mas os acampamentos de verão, os escoteiros e a estação de caça continuam a existir. Nessas atividades e na onipresente "fuga" da cidade nos fins de semana, a visão de natureza inerente ao movimento de "volta à natureza" encontra sua expressão contemporânea. (SMITH, 1988. Pág 38).

A natureza, a partir desse ponto de vista, detinha toda a virtude, tranquilidade e dignidade e era tratada no feminino, e é a partir dessa tradição que a universalidade da natureza se impõe. Muitas formas de retratar a natureza universal pôde ser encontrada e temas como Deus na natureza foram recorrentes. Mas cada vez mais, com o avanço do desenvolvimento industrial, *“a visão edênica da natureza, centralizada em Deus, foi posta de lado por uma visão mais antropocêntrica.”* (SMITH, 1988. Pág 41). A natureza foi sendo transformada em jardim, num processo de romantização.

“o conceito religioso, moral e frequentemente nacionalista da natureza’ da tradição romântica contribuiu ‘para as bases retóricas sob as quais a conquista agressiva do país pôde ser realizada’” (NOVAK, 1980 apud SMITH, 1988. Pág 43)

Outra questão importante levantada por Smith é a concepção da natureza como feminina, em que tanto as mulheres quanto a natureza são objetificadas a fim de dominá-las e oprimi-las.

“Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. Mas as mulheres não podem nunca ser completamente exteriores, uma vez que nelas reside a fertilidade e os meios de reprodução biológicos. Neste sentido, elas se tornam elementos de natureza universal, mães e nutrizes, possuidoras de uma misteriosa intuição feminina e assim por diante” (SMITH, 1988. Pág 43).

E continua,

“Em resumo, então, o conceito de natureza abriga um dualismo essencial entre exterioridade e universalidade. Estes dois conceitos da natureza estão ambos interrelacionados e são mutuamente contraditórios. De fato, nós poderíamos mesmo sugerir que cada um deles é dependente do outro no sentido em que sem uma natureza exterior não há necessidade de se enfatizar a universalidade da natureza. A concepção exterior é um resultado direto da objetivação da natureza no processo de produção. E, contudo, não importa quão eficiente esse processo de produção seja e quão completamente ele realize a exteriorização da natureza; em uma palavra, não importa quão eficazmente ele realize a emancipação da sociedade humana da natureza — os seres humanos, sua sociedade e seus artefatos continuam a estar sujeitos às leis e aos processos “naturais”. A concepção exterior nos dá, assim, tão somente uma parte do quadro da natureza; todavia, é também necessário um conceito

de natureza pelo qual será possível explicar as sociedades humanas na natureza.”
(SMITH, 1988. Pág 44).

Essa concepção dualista é um produto social e tinha uma função política de dominação e molde do comportamento social, sendo essa a definição de uma ideologia da natureza. E essa é a roupagem utilizada ainda hoje, ainda que o sentido hostil seja reservado para eventos extremos e a dominação seja de outra ordem. (SMITH, 1988. Pág 45).

“A função escamoteadora da concepção universal hoje é atribuir a certos comportamentos sociais o status de eventos naturais, pelos quais se quer significar que tais comportamentos e características são normais, dados por Deus, imutáveis. A competição, o lucro, a guerra, a propriedade privada, o erotismo, o heterossexualismo, o racismo, a existência de ricos e de despossuídos, ou de “caciques e índios” — a lista é infinita — tudo isso é considerado natural. A natureza, e não a história humana, é considerada responsável; o capitalismo é tratado não como historicamente contingente mas como um produto inevitável e universal da natureza que, enquanto ele possa estar hoje em pleno apogeu, ele pode ser encontrado na antiga Roma ou entre bandos de macacos saqueadores, onde a sobrevivência do mais apto é a regra. O capitalismo é natural; lutar contra ele é lutar contra a natureza humana.” (SMITH, 1988. Pág 46).

A ideologia da natureza descrita acima foi responsável por muitas das configurações sociais que podemos perceber atualmente, uma delas tem relação com um apagamento da natureza enquanto objeto de estudo das ciências sociais, como se o objeto das ciências sociais fosse o social e esse, por sua vez, não teria qualquer relação com a natureza. (SMITH, 1988. Pág 47).

“[...]Mas não foi sempre assim. Na tradição político-econômico do século dezoito os fisiocratas colocavam a “natureza” como a fonte direta do valor. Eles concebiam o trabalho agrícola como o único meio de se produzir valor. Com a teoria de formação do valor, de Adam Smith, negou-se a prioridade da produção agrícola e com ela a da natureza exterior. A partir de então a tradição clássica cada vez mais tratou a natureza não como um elemento central da teoria econômica, mas sim mais como uma barreira que limitava o desenvolvimento econômico, ou como uma causa de crise em suas vicissitudes. De Ricardo até Malthus e Mili, a natureza foi cada vez mais sendo considerada um fator externo. Esta desvalorização da natureza em teoria acompanhava paralelamente a sua desvalorização efetiva na realidade, seja no campo ou na fábrica [...]” (SMITH, 1988. Pág 47).

Smith identifica, na obra de Marx, uma oposição ao tratamento dualista de natureza em que este teria tentado uma reconciliação analítica entre natureza e história, chegando a afirmar que *“não existiria mais nenhuma natureza que tenha precedido a história humana”*, mas mesmo nessa visão Smith admite conseguir ver alguma coisa de dualista. Admite ele que Marx se dedicou mais no começo de seus escritos do que no fim a procurar uma unificação da natureza e do homem, e que, mesmo ciente desse dualismo, não fica claro, para os que leem mais desatentamente, se é possível uma definição plausível que supere o dualismo. Smith recorre à um diálogo com Alfred Schmidt, um dos autores da Escola de Frankfurt, a quem Smith atribui um trabalho metódico à

procura do entendimento de Marx sobre natureza, em especial na obra tardia e mais prática de Marx. (SMITH, 1988. Pág 48).

Schmidt está preocupado com a relação natureza e sociedade mais do que com a natureza em si. Tal relação é vista como um produto histórico e mesmo quando, por exemplo, na ciência positivista, coloca-se a natureza aparte do homem, essa diferenciação só existe dentro dessa relação, de forma que pode ser aproximada da distinção entre sujeito e objeto, dentro de uma relação dialética, ou seja, dentro da própria natureza. (SMITH, 1988. Pág 49).

Para explicar essa dialética da natureza marxista proposta, Schmidt faz, segundo Smith, uma distinção entre primeira natureza e segunda natureza, conceito que ele empresta de Hegel e cai muito bem à teoria Marxiana - possivelmente pela influência do primeiro sobre o segundo - mas o faz muitas vezes sem distinção, ao mesmo tempo em que pretende demonstrar a divisão entre os dois. Segundo Smith, Schmidt afirma que primeira natureza hegeliana consiste no externo ao homem, o inexplicável e a segunda natureza é o racional, o objetivo, o todo social. Para Schmidt, Marx coloca o social ainda no âmbito desta primeira natureza hegeliana, pois ainda não há pelo homem o total domínio racional da sociedade, sendo esse ainda sujeito as necessidades oriundas de sua primeira natureza indomada. (SMITH, 1988. Pág 50).

“A sociedade é interna à natureza, destaca Schmidt, embora elas não sejam de forma alguma idênticas. Todavia, a natureza é mediatizada através da sociedade e a sociedade através da natureza. Marx designou esta mediação mais precisamente como um metabolismo ou como uma interação metabólica, um conceito que Schmidt vê como crucial à noção marxista de natureza” (SMITH, 1988. Pág 50).

É o trabalho a força motivadora da interação metabólica, sendo o homem o sujeito e o material a ser transformado o objeto, seja no trabalho material ou no intelectual - a apropriação do conhecimento - por isso uma ciência dialética da natureza, como a que Engels se propôs a fazer, faria sentido. Porém, Smith concorda com Schmidt quando esse faz sua crítica à dialética da natureza de Engels, tendo em vista que essa dialética *“já pressupunha a natureza como exterior à sociedade humana, como um Objeto separado de seu Sujeito, e desta forma negava a própria condição que permitiria à dialética operar”* (SMITH, 1988. Pág 51).

Para Schmidt, a dialética da natureza só poderia ser realizada na interação metabólica das sociedades humanas e da natureza, podendo ser transformando somente a sua forma concreta, mas nunca abolida completamente, dependendo do momento histórico. Smith expõe dois momentos que Schmidt demonstra diferença nesse

metabolismo – a fase pré-burguesa e a relação burguesa- em que no primeiro momento homem e sua existência natural seriam uma coisa só, sendo essa sociedade natural e a-histórica, enquanto no segundo momento há a separação radical do trabalho e das condições naturais objetivas, sendo essa uma sociedade social e verdadeiramente histórica. (SMITH, 1988. Pág 52). Schmidt acusa Marx de utopista quando propõe um terceiro momento, no futuro, onde o “*homem e a natureza*”, ou seja, o sujeito e o objeto, estariam reconciliados numa “*síntese mais elevada baseada no metabolismo entre homem e natureza completamente desenvolvidos*” (SMITH, 1988. Pág 54).

“Contra esta aparente utopia, Schmidt assevera que o desenvolvimento tecnológico, como parte do metabolismo necessário com a natureza, é a fonte de dominação, não de emancipação. Mesmo numa sociedade sem classe, com sua recém-surgida solidariedade entre as pessoas, “o problema da natureza, como um objeto a ser dominado, continua a existir” (pág. 136, itálico meu). A luta com a natureza é comum a todas as formas de sociedade, incluindo o socialismo, e mesmo que a humanidade seja bem-sucedida em emancipar sua própria natureza interior, abolindo a dominação de classe pela outra, ele não pode deixar de dominar a natureza exterior. “A nova sociedade deve beneficiar somente o homem, e não há dúvida de que isto deverá ser às custas da natureza exterior... mesmo num mundo verdadeiramente humano não há reconciliação completa do Sujeito e do Objeto”” (SCHMIDT, 1971 apud SMITH, 1988. Pág 54)

Sobre as colocações de Schmidt, é necessário ressaltar, o que é importante para o presente trabalho não é a explicação dele sobre sua dialética da natureza, tampouco suas formulações acerca do conceito natureza, se fosse assim referenciar-se-ia a ele próprio. Mas a importância aqui é a de trazer uma base para evidenciar o debate realizado por Smith, esse sim alvo de um esforço de síntese.

Smith acusa Schmidt de um pedantismo filosófico que influencia sua obra e resulta numa visão de natureza “*completamente oposta ao espírito e ao objetivo prático das últimas obras de Marx*” (SMITH, 1988. Pág 55). Só que essa visão oposta estaria escamoteada por uma indistinção, muitas vezes, entre Marx e o próprio Schmidt, em que Smith acusa justamente Schmidt, e não Marx, de utopianismo. Para Smith, Schmidt, assim como no conceito burguês, mesmo tentando apresentar argumentos para uma unidade, trabalha com uma visão dualista de natureza, uma natureza exterior -objeto de trabalho- e uma natureza universal -unidade da sociedade e da natureza-.

“É possível extrair muitas citações de Schmidt que demonstram seu conceito dual de natureza. A título de ilustração, três bastarão: “Enquanto os processos naturais independentes dos homens [a concepção exterior] são essencialmente transformações de matéria e energia, a própria produção humana não fica fora da esfera da natureza [concepção universal]” (pág. 77); “a mútua interpretação da natureza [concepção exterior] e da sociedade... ocorre dentro da natureza [concepção universal]” (pág. 16); “o caráter socialmente estabelecido da natureza [concepção universal] e do papel autônomo da natureza constituem uma unidade” (pág. 70); e assim por diante” (SMITH, 1988. Pág 56).

Para Smith, o primeiro erro cometido por Schmidt está numa concepção dualista da relação sujeito e objeto, onde sujeito e objeto seriam ao mesmo tempo uma unidade e também teriam um limite indestrutível, e a mesma coisa com a natureza, onde ela pode ser, ao mesmo tempo, diferenciação e unidade. Outro erro cometido por Schmidt seria o de abstração do valor-de-troca, em que este não teria nenhum conteúdo natural, sendo natureza somente o valor-de-uso, mas, quanto a isso, Smith o acusa de ter se debruçado pouco ao entendimento da relação entre valor-de-uso e valor-de-troca no marxismo, pois equiparar natureza e valor-de-uso é essencialmente a técnica burguesa de naturalizar o capitalismo, não a marxista. (SMITH, 1988. Pág 60). Por fim, uma das críticas mais profundas que Smith faz, é em relação à afirmação de Schmidt sobre a dominação da natureza em uma nova organização social, o socialismo, e a aproximação que ele faz de socialismo e capitalismo, o que teve largas implicações políticas.

Sobre a dominação da natureza, inevitável na visão de Schmidt (e dos teóricos da Escola de Frankfurt, segundo Smith, 1988), seria cada vez maior à medida que as técnicas se desenvolvessem, mesmo que a natureza fosse vingativa. Mesmo que a técnica seja, e se reconhece que de fato é, social, ela é inevitável e é ela que media a relação homem-natureza, portando é entendida como natural. Smith afirma que essa visão é fetichista, nos mesmos moldes do fetiche das mercadorias de Marx, e que levou a um entendimento determinista e mecânico da tecnologia e da ciência.

Outros marxistas também tentaram conceituar a natureza, mas o fizeram ainda nos moldes dualistas. Smith (1988, pág 64) acredita que “[...] *a natureza não é nada se ela não for social. [...] o que se deve fazer é mostrar a relação concreta pela qual a natureza assume prioridade social. [...]*”.

“Desta maneira, a prioridade social da natureza não é algo que deva ser infundido de fora, mas algo que já existe na relação social com a natureza. Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de produção da natureza. Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a ideia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica. Porém, os eventos e as forças políticas são precisamente aquelas que determinam o caráter e a estrutura do modo capitalista de produção. Nós temos uma noção, mas somente uma noção, desta visão de natureza na obra de Marx” (SMITH, 1988. Pág 65).

Feita a crítica, Smith vai tentar, ele próprio, formular uma concepção de natureza que satisfaça o entendimento dele da natureza em Marx, mesmo o autor assumindo que não encontrou, em Marx, uma compreensão explícita acerca do tema. Para tanto, Smith

embarcará numa tentativa de buscar o implícito nos usos que Marx oferece ao termo natureza afirmando que esses usos não foram aleatórios. (SMITH, 1988. Pág 66).

O primeiro passo é compreender que a natureza é produzida, mesmo que essa compreensão seja um tanto absurda, tendo em vista que geralmente ela é vista exatamente como aquilo que não se pode produzir, um substrato material, paisagem, o domínio dos valores-de-uso. Ao passo em que ocorre o desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas, esse substrato se torna social,

“em suma, quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. [...] É na produção da natureza que se fundem e se unem os valores-de-uso e os valores-de-troca, e o espaço da sociedade” (SMITH, 1988. Pág 67).

Se a natureza é produzida, precisa-se compreender em que termos essa produção é realizada.

“Em suas considerações iniciais sobre os momentos abstratos das mercadorias, Marx considerou a produção como um processo pelo qual se altera a forma da natureza. O produtor “só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais”. Pela sua atividade, o homem “modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física” (SMITH, 1988. Pág 71).

Esse trabalho supre as necessidades humanas a partir da transformação dos objetos, transformando-os em objetos úteis à humanidade, e essa transformação seria necessária constantemente, sem a qual a humanidade encontraria dificuldades em se manter, e por isso mesmo a transformação não se dá só no objeto, mas também no próprio trabalhador

“[...] ‘Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza ” (MARX, 1967 apud SMITH, 1988 pág 72)

Smith afirma que essa relação seria o mais puro valor-de-uso, a troca material que ocorre por causa do trabalho que o homem emprega para modificar a natureza e modificar a sua própria natureza, satisfazendo as necessidades de reprodução da sua própria vida material. Conforme esse processo vai se acumulando, essa reprodução requer atividades mais complexas que são necessariamente executadas cada vez mais coletivamente. (SMITH, 1988. Pág 73).

Smith sugere uma unidade entre natureza e sociedade através da atividade concreta dos seres naturais, ou seja, através do trabalho. É através do trabalho também que os seres humanos em cooperação se desenvolvem como seres sociais, e ainda mais profundo é o trabalho que molda os corpos humanos, fruto da adaptação ao uso de instrumentos, gradualmente se formando acompanhando milhares de anos de trabalho. Smith afirma que é a atividade produtiva como ato histórico que diferencia os seres humanos dos outros animais. Essa condição produz trabalhadores, bem como reproduz a vida material. (SMITH, 1988. Pág74).

A medida em que a reprodução da vida material se complexifica, o próprio trabalho se modifica e Smith identifica que a primeira modificação é uma divisão social e sexual do trabalho, o que acarreta também uma divisão nas experiências sociais. (SMITH, 1988. Pág 75)

Ao passo em que essas sociedades foram se construindo, Smith afirma que naturalmente foram ocorrendo momentos de escassez e fartura, e que é da necessidade de evitar momentos de escassez que surge a produção de excedentes. Um excedente permanente requer um nível de organização social mais complexo, de forma que a divisão do trabalho se intensifica, sendo este cenário a base para a divisão social em classes. “*Uma parte da sociedade deixa de executar trabalho produtivo, em parte ou no todo, e obtém lazer às custas da população restante que continua trabalhando.*” Essa divisão do trabalho inseriu uma nova característica à sociedade, a apropriação da mais-valia, e separou a sociedade em duas classes, exploradores e explorados, o que resultou num desenvolvimento social e num rompimento do “*equilíbrio harmonioso da natureza*” (SMITH, 1988. Pág 76).

A relação da natureza com a humanidade, através do trabalho, é harmoniosa e igualitária, porém diferentes sociedades se desenvolverão de formas históricas diferentes e poderão continuar numa relação harmoniosa ou não, a depender de como se dará esse desenvolvimento.

Um desses desenvolvimentos tem relação com a produção do excedente primeiramente para a troca, e sobre isso Smith afirma que:

[...]A produção para a troca faz com que a relação com a natureza deixe de ser exclusivamente a de valor-uso; valores-uso não são produzidos para uso direto, mas para o intercâmbio. Quando houver intercâmbio de valores-uso específicos em quantidades também específicas, transformam-se socialmente em bens, que existem concomitantemente como valores de troca e como valores-uso. O valor de troca de um bem expressa a relação quantitativa na qual pode ser trocada por outros bens; com a produção para o intercâmbio, o objetivo imediato da produção é o valor de troca e não o valor-uso. De fato, para seu proprietário o valor-uso direto de um bem é seu potencial como valor - de troca. Portanto,

a produção da vida material não é apenas uma atividade natural, na qual a natureza supre o sujeito, objeto e instrumento do trabalho. Em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua subsistência. (SMITH, 1988. Pág 77)

Está dada a base para o desenvolvimento de uma sociedade complexa, com a divisão social do trabalho bem desenvolvida, o surgimento de um mercado, de uma cidade, do dinheiro, o surgimento do Estado e todas as suas consequências.

“A questão é que com o aparecimento de classes sociais, o acesso à natureza não é distribuído de forma equânime (qualitativa e quantitativamente) entre as classes. A classe dominante, que controla diretamente ou não os meios de produção sociais, certamente controla o excedente apropriado da natureza pelo trabalho humano de terceiros, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção.” (SMITH, 1988. Pág 78)

Surgem, juntamente da diferenciação das classes, o Estado para regulamentar a exploração da classe trabalhadora, a propriedade privada, a escravidão, a opressão feminina, a família, a divisão entre trabalho manual e mental, e todas as suas consequências. (SMITH, 1988, pág 79).

O indivíduo, tornado produto social pelo desenvolvimento da produção para a troca, tem sua existência natural negada pois é determinado socialmente sem que tenha sua vontade e sua natureza imediata validadas. Uma das consequências desse processo é a alienação dos indivíduos tanto materialmente, pois serão alienados do produto de seu trabalho, quanto intelectualmente. Dessa forma, o trabalhador fica à mercê da ideologia da burguesia, pois perde a faculdade de refletir criticamente sobre o processo produtivo que agora está aprisionado numa ideologia burguesa. Apesar da classe trabalhadora se ligar a natureza através do trabalho estão alienados do próprio produto, além de se alienar de si mesmo, enquanto que a classe dominante não realiza trabalho nenhum e está alienada de si mesma. *“A alienação do trabalho implica, junto com uma alienação estritamente material, em uma certa alienação da consciência”* (SMITH, 1988. Pág 82)

Todo esse cenário descrito leva a uma natureza social diferenciada e faz emergir a sociedade como tal, onde a natureza é produzida em vista do valor-de-troca. Elementos naturais estão sujeitos às forças não humanas, mas também às forças sociais e, *“assim, a relação com a natureza acompanha o desenvolvimento das relações sociais e, na medida em que estas são contraditórias, também o é a relação com a natureza”* (SMITH, 1988. Pág 85).

Se até aqui Smith poderia compreender, apesar de não o fazer, os fenômenos ocorridos como uma transformação gradual e até certo ponto natural, a transformação dessa produção para troca em uma produção capitalista de fato é violenta e nada gradual. Com uma nova classe dominante, a burguesia, surge novas relações com a natureza.

“A relação contemporânea com a natureza obtém o seu caráter específico a partir das relações sociais do capitalismo. O capitalismo difere de outras economias de troca no seguinte: produz, de um lado, uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho, e, de outro lado, uma classe que domina somente sua própria força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver. ‘A natureza não produz, de um lado, proprietários de dinheiro e bens’, observa Marx, e de outro lado, homens que não possuem nada mais do que sua própria força de trabalho. Esta relação não tem fundamentos naturais, nem a sua base social é comum a todos os períodos históricos. É, claramente, o resultado do desenvolvimento de um passado histórico, o produto de muitas revoluções econômicas, e à extinção por completo de velhas forças de produção social. (SMITH, 1988. Pág 86).

Sob a lógica do capitalismo, a classe trabalhadora é privada de todo o necessário para a produção e sua força de trabalho também se torna mercadoria, tendo como valor o salário que expressa o custo da reprodução do próprio trabalho, ou seja, do modo de vida da classe trabalhadora. Mas o valor do trabalho é somente uma fração do valor produzido, sendo o valor excedente representado pelo produto excedente que necessariamente precisa ser, ao menos parcialmente, reinvestido, de modo a produzir ainda mais, podendo voltar a comprar mais trabalho. É através deste ciclo em larga escala, controlado pelos detentores do capital, que se forma

“[...] A estrutura da classe específica do capitalismo [e se] torna a acumulação de capital uma condição necessária para a reprodução da vida material. Pela primeira vez, “acumulação para fins de acumulação” é uma necessidade socialmente imposta. O processo de acumulação é regulado pela lei do valor, que opera “somente como uma lei secreta, vis-à-vis com os agentes individuais, como uma lei cega da natureza” (SMITH, 1988. Pág 86).

No capitalismo, a relação com a natureza “*implica numa aguda diferença*”, visto que ela é socialmente determinada baseada numa abstração lógica “*que se junta à criação e acumulação do valor social. [...] Esta leva a uma única, mas muito complexa, determinação da relação com a natureza – natureza como objeto de produção, natureza humana, processo de reprodução e consciência humana*” (SMITH, 1988. Pág 87). Com a reprodução da vida totalmente dependente do valor excedente, a natureza vira meio de produção, visto que ela “*não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório*”, e para isso, se fez, e ainda se faz, necessário que todo o mundo seja forçado à mesma lógica, suprimindo sociedades pré-capitalistas e classes artesanais. (SMITH, 1988. Pág 88).

Smith (1988, pág 89) observa que o trabalho científico se volta para a criação de maquinário e facilita as divisões e subdivisões sociais do trabalho e também uma divisão técnica do trabalho, e é sob essas bases que se desenvolve a produção capitalista da natureza. É também neste movimento que surge atividades de serviço bancário com o escopo de garantir a transferência, fluxo, movimentação de capital em massa.

Esse desenvolvimento técnico-científico do trabalho subdivide o trabalho de forma a também solidarizá-lo; assim, cada indivíduo opera um processo muito específico na cadeia produtiva, ao mesmo tempo em que faz parte de um todo muito maior que só é percebido por quem planeja a produção. (SMITH, 1988. Pág 89).

“No sentido de fazer o trabalhador coletivo, e através dele o capital, valioso como força produtiva social, cada trabalhador precisa ser mantido pobre em forças produtivas individuais” (SMITH, 1988. Pág 90).

Segundo Smith, Marx afirma que esse processo é extremamente perverso pois, apesar do indivíduo realizar trabalho, as condições dessa realização o tornam *“um monstro inválido”*, alheio ao processo como um todo, desconfigurado, mutilado, um apêndice da máquina. *“Essa é a natureza humana sob o capitalismo”* (SMITH, 1988. Pág 90). Smith já havia comentado anteriormente sobre o papel da família e do trabalho da mulher (da classe trabalhadora) não remunerado para a reprodução do modo de vida capitalista, mas aqui esse domínio passa por uma revolução onde até a reprodução humana, com a criação de anticoncepcionais e bebês de proveta, são controlados pelo Estado burguês.

Ao mesmo tempo em que o controle e a alienação chegam a um pico, é necessário convencer que todos são consumidores, daí o papel importante dos meios de comunicação em massa, chegando ao convencimento, inclusive, de que as diferenças de classe não existem, mas inserem outros tipos de diferenciações, como de raça e gênero.

O que acontece é que *“essa capacidade para produzir a natureza não é própria do capitalismo. A produção em geral é a produção da natureza”*. (SMITH, 1988. Pág 93) E isso implica dizer que as forças do capitalismo, principalmente as ideológicas, foram de tal forma desenvolvidas, que se percebe a produção da natureza de forma mundial, um desenvolvimento qualitativo da natureza no sentido de que a natureza é *“progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca”* (SMITH, 1988. Pág 94).

“Com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariado, a relação com a natureza é antes de mais nada uma relação de valor de troca. Os vestígios fundamentais do valor de uso da natureza permanece certamente, mas com o avanço e o desenvolvimento das forças produtivas, necessidades específicas podem ser satisfeitas pelo aumento do valor de uso e específicas mercadorias podem ser produzidas com um crescimento da matéria-prima. A transformação para uma relação de valor de troca é, no entanto, conseguida na prática pelo capitalismo. A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital

corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza” (SMITH, 1988. Pág 94).

Sobre primeira natureza e segunda natureza, Smith acredita que a diferença entre uma e outra se dá, sob a lógica do valor de troca, pela diferença entre as “*criações do mundo humano e não-humano*”, mas para o autor isso não tem um real significado, pois em verdade a primeira natureza também é produto humano. Para ele, “*ao contrário, a distinção é agora entre a primeira natureza, que é concreta e material, a natureza do valor de uso no geral, e uma segunda natureza que é absoluta e derivada da abstração do valor de uso que é inerente ao valor de troca*” (SMITH, 1988. Pág 94). A segunda natureza não é o fruto da transformação material humana, mas a abstração puramente social atribuído a um material pelo valor-de-troca sujeito às leis do mercado.

“A natureza material é produzida como uma unidade no processo de trabalho, a qual é conduzida pelas necessidades, pela lógica e pelas idiossincrasias da segunda natureza. Nenhuma parte da superfície terrestre, da atmosfera, dos oceanos, dos substratos geológicos ou dos superestratos biológicos estão imunes à transformação pelo capital. Em forma de uma taxa de preço, todo valor de uso é derivado como solicitação do processo de trabalho, e do capital — por sua natureza, a quintessência socializada — é forçada a transformar em mercadorias todas as solicitações.” (SMITH, 1988. Pág 96)

Em que pese a percepção de que o objetivo final é transformar tudo em mercadoria, a produção da natureza para esse fim abarca muitas transformações, que ocorrem de forma deliberada ou não, podendo resultar em transformações requeridas ou, outras vezes, as transformações são outras àquelas desejadas no emprego do trabalho, como as alterações climáticas, citadas por Smith. Para ele, “*é possível que em termos de política econômica, a substância natural não incorpore valor de troca, mas é, todavia, em termos de valor de uso profundamente alterado pelo trabalho humano, tanto direta como indiretamente*” (SMITH, 1988. Pág 96).

Apesar de Smith afirmar que a produção capitalista é a segunda natureza, o próprio toma um cuidado epistemológico de diferenciar as leis do mercado das leis naturais, como a gravidade, visto que apesar de o capitalismo ser natural e suas leis também o serem, não são de forma alguma imutáveis, pois toda relação social pode ser alterada de acordo com as circunstâncias históricas. O mesmo não parece ser o caso da gravidade. (SMITH, 1988. Pág 98).

“A distinção entre a primeira e a segunda naturezas é obsoleta. Como uma distinção filosófica entre equivalentes abstratos e ontológicos ou até mesmo entre realidades similares, tornou-se obsoleta tão logo quando não mais se referia à divisão entre sociedade humana e não humana. Como uma divisão entre materialidade e abstração, a distinção entre primeira e segunda naturezas certamente capturou a complexidade da organização social e o distanciamento da natureza primária. Mas a habilidade do capital para produzir o mundo material 'à sua própria imagem' 5 1 tornou essa distinção como sua própria vítima — uma abstração que tinha perdido o

contato com a mudança da realidade e o potencial da história humana. A produção da primeira natureza, de e como parte da segunda natureza, faz da produção da natureza, não como primeira ou segunda natureza em si mesmas, a realidade dominante. (SMITH, 1988. Pág 99).

Por fim, o capitalismo cria condições contraditórias para a produção da natureza, ao passo em que tenta criar uma aparente naturalização das suas leis, o que faz com que novas barreiras a sua própria universalização ocorram. Escassez de recursos, doenças, poluição, são alguns exemplos das contradições internas próprias do capitalismo. *“A produção da natureza é universal ao mesmo tempo em que as contradições internas neste processo são igualmente universais.”* Afirma Smith (1988, pág 100) com a certeza de que, sendo o capitalismo um sistema de crise, chegará um momento em que se superará essa forma de produção. E essa superação partirá da classe trabalhadora, visto que ela é não natural e produto do capitalismo, pois está *“privada dos meios de satisfação de suas necessidades naturais, [e, portanto,] reagirá a esta privação, às vezes violentamente também socialmente e as vezes organizada.”* (SMITH, 1988. Pág 101).

A questão da produção da natureza sob o modo de produção capitalista forja, também, falsas relações e dicotomias entre a sociedade e a natureza, entre outras questões pela necessidade de dominação. Mas essa dominação da natureza é uma ideia falsa.

“A matéria não é, de qualquer forma, dominada ou controlada por um mundo de abstração — isto rapidamente desembocaria no idealismo —, mas partes específicas da matéria no mundo são produzidas (isto é, sua forma é alterada) de acordo com leis abstratas, necessidades, forças e acidentes da sociedade capitalista.” (SMITH, 1988. Pág 103).

Ou seja,

“A primeira questão não é se ou em que extensão a natureza é controlada; esta é uma questão colocada na linguagem dicotômica da primeira e segunda naturezas, do domínio ou não domínio pré-capitalista sobre a natureza. A questão realmente é como produzimos a natureza e quem controla esta produção da natureza.” (SMITH, 1988. Pág 105).

Sobre a produção do espaço, Smith afirmará que é resultado lógico da produção da natureza, mesmo espaço sendo um conceito vago, com muitos sentidos diferente e muitas vezes contraditórios. O autor se voltará para uma busca do sentido do espaço geográfico como o espaço da atividade humana, procurando distinguir o que seria o espaço absoluto e o espaço relativo na geografia. Diferenciação essa que surgiu no começo dos anos sessenta com o advento da geografia quantitativa, pois antes disso os geógrafos tomavam a concepção absoluta de espaço como a régua para seus estudos. E, assim como mostra Smith, essas concepções de espaço abarcam diferentes relações com a natureza. (SMITH, 1988. Pág 110).

“Historicamente, o espaço tem sido sempre concebido em relação à natureza, mas o caráter da relação tem sido visto sob várias formas diferentes” (SMITH, 1988.

Pág 111), como exemplo Smith resgata a concepção de Newton como sendo o senso comum atualmente. O espaço, sob a lógica capitalista, é tido como receptáculo, como vácuo, é universal. Mas nem sempre foi assim, antes de Newton a ideia de espaço relativo tendia a prevalecer, de acordo com Smith (1988, pág 112). Relativo no sentido de relações entre as matérias, ou por causa do movimento, ou por causa do comportamento ou por causa da composição da matéria, tendo sido a relatividade de Einstein a mais importante peça para o espaço relativo ser influente na ciência social. A história do conceito físico de espaço relativo evidencia a relação do espaço com a natureza quando 1. ocorre uma abstração do espaço em relação a matéria; 2. Se desenvolve uma dialética; 3. Se examina a base material do desenvolvimento do conceito.

“[Todavia,] *as concepções contemporâneas de espaço não têm nenhuma semelhança com os espaços n-dimensionais abstratos da Física matemática. Qualquer que tenha sido a relação histórica, o espaço social hoje é completamente diferente do espaço científico. Enquanto o espaço científico tenta completamente se abstrair da atividade e dos eventos sociais, o espaço social é geralmente tratado como sendo justamente o campo dessa atividade [...]* Como sugerimos, a base conceitual para o surgimento de um espaço social separado reside mais claramente na separação feita por Newton de espaço relativo e do espaço absoluto. Com o espaço absoluto de Newton, o mundo dos fenômenos físicos, biológicos e geográficos poderia ser tratado como a base natural do espaço físico. O espaço social, por outro lado, poderia ser tratado como um espaço puramente relativo, existindo dentro do espaço absoluto a relatividade do espaço social é determinada pelas relações sociais particulares que ocorrem numa dada sociedade” (SMITH, 1988. Pág 119).

Smith afirma que essa bifurcação foi fruto do desenvolvimento da segunda natureza a partir da primeira. O espaço físico foi associado ao espaço natural na primeira natureza, ou seja, espaço físico e espaço natural seriam indistinguíveis e o espaço social foi se abstraindo de qualquer referência ao espaço natural e foi tomando uma forma metafórica. (SMITH, 1988. Pág 120).

Mas o espaço geográfico não é o espaço físico nem o espaço social, e por muito tempo os geógrafos tomaram como entendimento esse dualismo filosófico de espaço “*objeto-sujeito, fato-valor, natureza-sociedade, etc.*” (SMITH, 1988. Pág 121), sendo que de um lado o espaço existe e de outro a sociedade o usa, resultando numa integração entre esses domínios.

Em que pese todas as formas de se compreender o espaço geográfico, Smith afirma que só a partir do entendimento da construção do espaço é possível se afastar desse dualismo e da concepção errônea de que espaço e sociedade são coisas separadas que interagem. “*Com a produção do espaço, a prática humana e o espaço são integrados no nível do próprio conceito de espaço*” (SMITH, 1988. Pág 123).

“Assinalamos anteriormente que as sociedades humanas primitivas não diferenciavam “lugar” de “sociedade”. Na experiência imediata, todos os lugares

estão impregnados de significado social. Não há o espaço abstrato, além do lugar, e não há nenhum lugar para além da sociedade. O lugar e a sociedade estão fundidos numa unidade. Isto é o que Robert Sack define como concepção "primitiva" do espaço. Tais sociedade habitam o espaço natural, querendo dizer com isso, muito literalmente, o espaço formado de processos, atividades e formas naturais, sociais ou de outros semelhantes. O lugar é tratado em termos de relações sociais que, em si mesmas, não se desenvolveram além do estado natural.” (SMITH, 1988. Pág 124).

E continua

“Com o desenvolvimento das economias sociais baseadas na troca de mercadorias, surge uma segunda natureza e com ela uma ruptura na unidade entre lugar e natureza. Isto, como vimos anteriormente, marcou a origem da concepção cada vez mais abstrata de espaço empregada na ciência física. A abstração é o timbre da concepção "civilizada" de espaço, de Sack. Esta concepção do espaço não está ligada ao lugar imediato, mas implica a possibilidade de se abstrair do lugar imediato, e a possibilidade de se conceber uma extensão espacial para além da experiência imediata. Como resultado disso, a fusão conceitual do espaço e da sociedade é rompida e o espaço começa a desenvolver uma existência conceitual independentemente. Mas o desenvolvimento de uma segunda natureza não conduz exatamente a um desenvolvimento conceitual, mas ao desenvolvimento de um espaço produzido socialmente (e tão real quanto ele) a partir do espaço natural. (SMITH, 1988. Pág 124)

Desse movimento, é o Estado o ápice da abstração social da natureza, que, apesar de representar uma jurisdição territorial, só o faz através de princípios abstratos, como *“democracia, liberdade, direito, moral etc.”* (SMITH, 1988. Pág 126). E isso se torna um problema ao passo em que o desenvolvimento dessa segunda natureza se dá mais aceleradamente, principalmente em relação aos meios econômicos, e o espaço é sua barreira. Aos poucos todos os territórios estão divididos em Estados-nação ao mesmo tempo em que se universaliza o mercado, o que resulta, contraditoriamente, na diminuição da relevância do espaço para o intercâmbio. (SMITH, 1988. Pág 127).

“Esta distinção, agora, é histórica e não meramente uma distinção conceitual, e aqui confirmamos uma conclusão que foi obtida anteriormente de modo abstrato. Nós já sabemos por Marx que o desenvolvimento histórico do capitalismo impõe a universalização progressiva do valor como a forma de trabalho abstrato. Isso envolve não somente a produção do espaço geográfico através do desenvolvimento de redes de transporte, mas a integração progressiva e a transformação de espaços absolutos em espaços relativos; os espaços absolutos são a matéria-prima para a produção do espaço relativo. Além disso, vistas historicamente desta maneira, as determinações sociais da relatividade do espaço geográfico tornam-se aparentes. Não é Einstein, nem a Física, nem a Filosofia que, em última instância, determina a relatividade do espaço geográfico, mas é o processo atual de acumulação de capital.” (SMITH, 1988. Pág 130).

Isso quer dizer que, para além das propriedades físicas de um espaço, é a utilização dele, suas relações espaciais, dentro da lógica capitalista que vai determinar seu valor em relação aos outros objetos, eventos e atividades, ou seja, o valor-de-uso. Mas não é um valor individual, e sim a integração entre os espaços que é levado em consideração quando se está estudando o espaço geográfico.

Para desenvolver o capitalismo, foi necessário o desenvolvimento de meios de produção que suprissem as necessidades de um modo de circulação de mercadoria

mundial, e “a acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado” (SMITH, 1988. Pág 131), que acaba por liberar a classe trabalhadora e o capital de qualquer laço inerente com o espaço absoluto. Liberdade, para o trabalhador, é ser livre para vender sua força de trabalho mas ser destituído dos meios de produção ou da subsistência para a reprodução da sua vida. Já para o capital, a liberdade é, de fato, de um espaço absoluto outrora chamado de espaço natural, como exemplifica Smith com as transações financeiras de um continente a outro em segundos. Esse processo afastou o espaço absoluto, mas criou a necessidade de produzir muitos outros espaços relativos integrados.

“Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A ideia de que as coisas acontecem “no espaço” não é somente um hábito do pensamento mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos “no” espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando.” (SMITH, 1988. Pág 132)

A tentativa de tratar o espaço como um meio de produção se baseia no reconhecimento de que o capitalismo produz espaços absolutos específicos, e é assim que o espaço entra no escopo marxista de análise, e um exemplo que Smith nos proporciona é a necessidade de transporte industrial, de armazenamento e de minério. (SMITH, 1988. Pág 134).

“À semelhança do que ocorreu com o espaço newtoniano depois de Einstein, as prioridades inverteram-se; o espaço absoluto torna-se um caso especial num universo mais relativo. A questão é que onde o espaço absoluto se manifesta hoje em termos geográficos, ele é produto da atividade humana; o caráter absoluto de tais espaços é um produto social, não uma característica do espaço natural” (SMITH, 1988. Pág 134).

O espaço não é somente o meio de produção, ele é muito mais do que isso, e quando se reduz o espaço se perde a relatividade do espaço geográfico e da relação entre espaço relativo e absoluto. O desenvolvimento capitalista era, como afirma Smith, uma “transformação contínua do espaço natural — espaço absoluto herdado — no espaço relativo produzido” e, dessa forma, para a sobrevivência do capitalismo, o espaço geográfico se torna cada vez mais o centro dessa questão (SMITH, 1988. Pág 135), visto que não restam mais recantos não capitalistas ao redor do mundo, e, portanto, é necessário crescer não mais espacialmente, como espaço absoluto, mas o que ele tem é, ainda, se tornar mais complexo e desenvolver de forma cada vez mais complexa os espaços relativos.

Portanto, à medida em que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, a contradição aparentemente abstrata entre o espaço absoluto e o espaço relativo se introduz cada vez mais na própria economia espacial do capitalismo. Enquanto a expansão geográfica absoluta do capital continua, as contradições que existem no tecido social do capital podem-se apresentar em termos não-espaciais; o espaço pode ser tratado como algo exterior. Quando o desenvolvimento econômico se volta para dentro, rumo à diferenciação interna profunda do espaço geográfico, a dimensão espacial da contradição não se torna apenas aparente; torna-se mais real quando o espaço é atraído para perto do núcleo do capital. Do mesmo modo, as crises desenvolvidas no sistema geral da produção capitalista têm-se manifestado cada vez mais diretamente (e visivelmente) na geografia do capitalismo. (SMITH, 1988. Pág 137).

A questão se torna mais complexa quanto mais fundo se estuda a mais-valia relativa, tomando como base o capital fixo que é fixo justamente porque está especializado. E isso interfere no espaço geográfico de diversas maneiras como a centralização e a descentralização da indústria, a industrialização seletiva do Terceiro Mundo, o consumismo, o declínio regional, a desindustrialização, o nacionalismo, o redesenvolvimento urbano e a gentrificação. (SMITH, 1988. Pág 138). “*O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo.*” (SMITH, 1988. Pág 139).

Capítulo 4. Milton Santos e o debate acerca da natureza

Os caminhos de Smith e Santos se cruzaram pela primeira vez espacialmente, pois intelectualmente Smith já lera e estudara Santos a partir de seus artigos na revista *Antipode*, quando Smith ocupou um cargo de professor assistente na Universidade de Colúmbia que pertencia, alguns anos antes, a Santos. Smith conta que acabou herdando as correspondências de Santos, quando esse deixou seu cargo (SMITH in SOUZA, 1996). Smith afirma, ainda, que é um admirador de Santos e que percebe, neste, influências como as da Escola de Frankfurt, na apreciação da tecnologia e da dominação da tecnologia, mesmo que sua “*análise [seja] notavelmente menos desesperada e mais auspiciosa da política do espaço tecnológico*”. (SMITH in SOUZA, 1996. Pág 189). Quando questionado, em uma entrevista, a respeito da obra de Santos, Smith afirma “*Se eu fosse fazer algum tipo de crítica, eu diria que talvez fosse muito abstratamente sistêmico, com menos ênfase no ‘social’ do que eu gostaria.*” (SMITH, 2012).

De fato, as análises sobre espaço dos dois autores, como tentará se demonstrar, são similares, mas a respeito da natureza não é possível se fazer a mesma constatação.

Sobre a natureza, Santos é muito mais cuidadoso e evita usar o termo, quase sempre se utilizando de citações para se referenciar à natureza, já Smith abre seu livro com dois capítulos voltados para o questionamento do termo em análise, a saber “a ideologia da natureza” e “a produção da natureza”. Tanto um quanto o outro compreendem a construção histórica do termo e qual a problemática acerca dele e tentam, de formas diferentes, propor uma outra concepção de natureza, cabe desvendar se dualista ou não.

Começando por Santos, é possível perceber que ele faz crítica à utilização do conceito de uma natureza “primária” e “sem a história humana”, principalmente no âmbito da geografia, identificando e denunciando a influência desse pensamento dentre os geógrafos de várias correntes diferentes. O autor busca uma natureza socializada, em que a atuação humana, pela técnica, modifica e transforma a natureza, chegando a afirmar que social e natural poderiam ser de certa forma sinônimos, da mesma forma que natureza pode ser sinônimo de espaço, mas só no momento em que o homem passa a utilizar uma técnica socialmente construída. Assim, é possível perceber que Santos diferencia a relação da natureza em momentos históricos diferentes, visto que esses momentos mudam a concepção da realidade.

Talvez o argumento central para se compreender a natureza em Santos seja o entendimento que ele tem do que é social. Em uma passagem Santos afirma que a natureza sempre foi o celeiro do homem, mesmo na sua fase pré-social, ou seja, para ele há um animal homem que se desenvolve para um homem social, e, se a natureza é social, quase sinônimo de espaço, qual seria essa natureza numa humanidade pré-social? Seria uma natureza, como ele próprio afirmará um pouco depois, que comanda as ações do homem, uma natureza primeira, natureza bruta, natureza natural.

Já a natureza segunda, segundo Santos, seria criada a partir do momento em que o homem modifica a primeira natureza, partindo da produção do espaço, que se dá quando o homem utiliza técnicas para retirar da natureza os elementos para a reprodução da vida.

Santos identifica, não se pode deixar de salientar, que “no início dos tempos históricos” a relação entre o homem e a técnica era outra, visto que os instrumentos eram quase que parte do corpo dos homens, mas a complexificação do processo produtivo sob o sistema capitalista fez com que essa relação se perdesse. O desenvolvimento do capitalismo fez, aos olhos de Santos, toda a superfície terrestre ser transformada em segunda natureza, daí a afirmação que natureza e espaço podem ser entendidos como sinônimos.

Em Smith, percebe-se que ele também reconhece que há, sob a lógica capitalista, uma relação com a natureza outra da que ele chama de “original”. Mas, diferente de Santos, a natureza original, ou melhor, a relação com a natureza original, para Smith, é na verdade a interação metabólica da qual Marx fala de forma fragmentada na sua obra. Essa relação metabólica é a forma da relação homem-natureza unificada e ela existiria em qualquer momento da história, modificando-se a depender do período histórico e das relações sociais. Isso quer dizer, na visão de Smith, que a primeira natureza, longe de ser uma natureza natural, seria o metabolismo homem-natureza, onde o homem modifica e interage com a natureza na mesma proporção que a natureza interage e modifica o homem. Um dos exemplos que o autor nos apresenta é a modificação do corpo do ser humano quando esse o utiliza para modificar alguma matéria, mais especificamente da adaptação das mãos para manipular objetos com precisão. Essa relação metabólica é o trabalho, onde seu valor seria medido em valor-de-uso.

O desenvolvimento da lógica capitalista de produção coloca em xeque essa relação, criando um sistema a partir, e também às custas, dessa primeira natureza, a segunda natureza, onde o trabalho, a relação metabólica, está alheia ao sujeito que o realiza, cooptado por alguns poucos que determinam a necessidade de produzir (e trocar),

para além das suas necessidades imediatas, o excedente. A relação com a natureza é, sob o capitalismo, uma relação de valor-de-troca. A segunda natureza seria, nesse sentido, a abstração da relação com a natureza, a criação de leis, instituições e uma lógica “fora” da materialidade do trabalho.

Portanto, se utilizarmos os fundamentos de Smith para analisar a obra de Santos, podemos admitir que há neste uma visão muito próxima da de Schimidt (e da Escola de Frankfurt) outrora criticada por Smith justamente por tentar superar a dualidade homem-natureza sendo dualista em outros termos. Quando Santos assume a possibilidade de uma natureza natural que comanda o homem abre-se a possibilidade de uma interpretação segundo a qual Milton Santos estaria afirmando a existência de uma natureza fora do homem, ou seja, de que ele estaria assumindo uma visão dualista da natureza. Enquanto Smith não vê a possibilidade de uma natureza sem o homem, Santos afirma que esta seria a primeira natureza.

Nesses termos, seria, então, tal concepção dualista responsável por uma ideia amplamente difundida sobre a necessidade de dominação da natureza seja pelo modelo capitalista de produção criticada por Santos ou por um outro modelo de cooperação internacional, defendido pelo autor.

Capítulo 5. Considerações Finais

Toda ação tem suas consequências e efeitos, e a humanidade lida com as consequências de suas ações sejam elas esperadas ou não; mas o que não se pode negar é que está se criando um cenário cada vez mais acirrado para a sobrevivência da humanidade enquanto espécie, vide as mudanças climáticas cada vez mais profundas, os solos cada vez mais desgastados, os combustíveis cada vez mais escassos, e muitas outras questões como a fome, a desigualdade, etc. E como já citado por Harvey, diversas são as formas que se vem tratando essas e tantas outras questões que tem relação com a sobrevivência do homem enquanto espécie. Mas essas diferentes formas não são frutíferas se as bases filosóficas das concepções de mundo não sofrerem mudanças em seus paradigmas. Em outras palavras, não se pode esperar resultados diferentes se as ações (as ideias, no caso) forem sempre as mesmas.

Não se pode esperar uma outra relação do “homem com a natureza” se se continua a interpretar essas duas categorias como diferentes, separadas, ou no máximo

interseccionadas. Qualquer solução que tenha como princípio uma relação dualista entre homem e natureza será, no final das contas, falha e insuficiente.

A intenção do presente trabalho foi muito mais de revelar que o debate acerca da natureza não está findado, como imaginam alguns autores, do que realizar um juízo de valor acerca de uma ou outra teoria. É necessário, assim como afirma Santos, ter cuidado ao tomar numa certeza eterna conceitos que mudam com o movimento da história. Santos afirma que o apego às velhas ideias na geografia é prejudicial e desenvolve a disciplina de forma muito lenta e, para ele, decepcionante. Portanto, este é, com toda a pretensão que um trabalho de graduação possa ter, um convite ao debate.

Por fim, é necessário buscar as bases filosóficas sob as quais uma nova sociedade possa ser formada, e essa busca começa por reconhecer, compreender e superar as bases capitalistas, e a relação homem-natureza é uma dessas.

“Para os marxistas não pode haver retorno, como muitos ecologistas parecem propor, a uma relação *não mediada* com a natureza (ou um mundo construído com base em relações presenciais), a um mundo pré-capitalista e comunitário de saberes não científicos com divisões de trabalho limitadas. O único caminho é buscar meios políticos, culturais e intelectuais que “vão além” de mediações como o conhecimento científico, a eficiência organizacional e a racionalidade técnica, o dinheiro e a troca de mercadorias e, ao mesmo tempo, reconhecer a importância dessas mediações. O potencial emancipatório da sociedade moderna, fundada na alienação, precisa continuar a ser explorado. Contudo, isso não pode ser, como tantas vezes ocorre, um fim em si mesmo, pois isso seria tratar a alienação como ponto de chegada, como objetivo. O interesse dos ecologistas e do jovem Marx em resgatar a alienação em relação à natureza (bem como em relação aos outros) instanciada pelo capitalismo moderno precisa ser um objetivo fundamental de qualquer projeto ecossocialista. A busca por trabalho e por fruição significativos [...] converte-se em uma questão central por meio da qual o movimento trabalhista pode enfrentar o ponto crucial da argumentação ecológica quanto à alienação em relação à natureza, em relação aos outros e, em último caso, em relação a nós mesmos.” (HARVEY, 2020. Pág 236)

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 223p

ALFREDO, Anselmo. **Três estudos críticos: Kant, Hegel, Marx e o resgate da metafísica para a crítica à economia política**. Tese (Livre Docência em Método, Geografia, História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Acesso em: 07 de outubro de 2020.
doi:10.11606/T.8.2019.tde-09082019-143849

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 240p

DANTAS, A.; TAVARES, M. A. **Introdução Ao Pensamento De Milton Santos: Reflexões Sobre O “Trabalho Do Geógrafo...”**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 3, p. 139-148, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74237. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74237> . Acesso em: 12 set. 2021.

HABERMAS, Jurgén. **Teoria de la acción comunicativa**. Tomo I. Bueno Aires: Taurus, 1990. 517p

HABERMAS, Jurgén. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540p

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 416p

NAGAYOSHI, C. S. **A Concepção de Natureza no Ensino de Ciências: um Estudo da Visão de Mundo de Estudantes de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Acesso em 10 de setembro de

2022. Disponível em < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81133/tde-27042015-152439/publico/Caio_Seiji_Nagayoshi.pdf >

PEDROSA, Breno Viotto. **O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação**. Hist. cienc. Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 429-448, junho de 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000200429&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702018000200008>.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. **Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo**. Revista Percurso (Online). Universidade Estadual de Maringá, Paraná. v. 6, p. 35-62, 2014. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/issue/view/1675> acesso em 08 de outubro de 2020.

ROMAO, Davi Mamblona Marques. A violência do esclarecimento. **TransForm. Psicol. (Online)**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 08-29, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2010000200002&lng=pt&nrm=iso acesso em 11 de setembro 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. 9. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 384p

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, 176p

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica** – 6. Ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p

SMITH, Neil. *Uneven Development: Nature, Capital, and the production of space*. Atenas: The University of Georgia Press. 2008. 323p

SMITH, Neil. **Entrevista**. Boletim Campineiro de Geografia. v.2, n.2, 2012.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. 226p

TOLEDO JUNIOR, R. **Por uma Geografia Nova, 30 anos: uma abordagem geográfica para a teoria social crítica**. In: 12º Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2009, Montevideo. Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2009. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Geografiahistoricaehistoriadelageografia/09.pdf> acesso em 12 de setembro de 2021